

N.º 532 • ANO XLVIII
AGOSTO 2018 • MENSAL • €1,50

A Revista da ARMADA

NRP SAGRES

DIA DE PORTUGAL

NRP D. FRANCISCO DE ALMEIDA
OPERAÇÃO THEMIS

MERGULHADORES
NATO SNMCMG1

CENTENÁRIO DA
MARINHA NO ALFEITE

No dia 28 de abril, completaram-se vinte anos sobre a data em que a fragata *D. Fernando II e Glória* foi aumentada ao efetivo das Unidades Auxiliares da Marinha, pelo Despacho n.º 24/98 de 27 de abril, do então Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Nuno Gonçalo Vieira Matias.

O processo de restauro da fragata, impulsionado pelo Almirante Andrade e Silva, teve como marco iniciador a assinatura de um protocolo, celebrado entre a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e a Marinha, em 2 de outubro de 1990.

As comemorações alusivas à data consistiram num almoço-convívio a bordo e na inauguração de uma exposição relativa à reconstrução estrutural na Ria-Marine, em Aveiro, o aprestamento no Arsenal do Alfeite e cerimónia de aumento ao efetivo da Marinha.

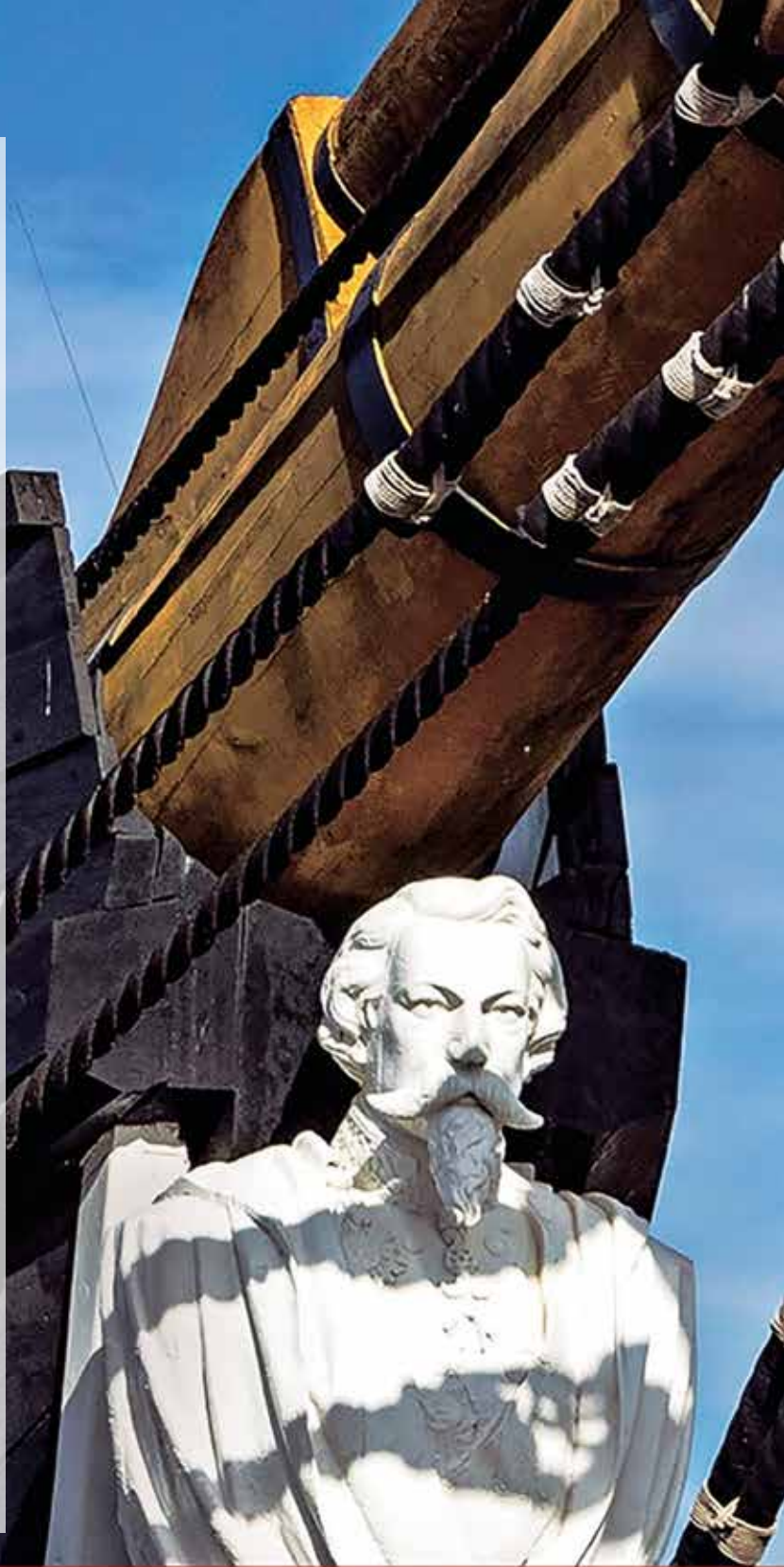
A cerimónia de inauguração da exposição evocativa do vigésimo aniversário da reconstrução decorreu no pavimento da Bateria, no dia 4 de maio. Presidida pelo VALM Mourão Ezequiel, Diretor da Comissão Cultural de Marinha, contou com a presença de inúmeros convidados civis e militares, realçando-se a presença das esposa e filha do Almirante Andrade e Silva.

A *D. Fernando II e Glória*, última nau da Carreira da Índia, integrada no património do Museu de Marinha e funcionando como museu e local de exposições, constitui uma oportunidade de preservar um valor cultural, representativo do período final de uma época histórica que durou quase quatro séculos, de uma epopeia marcada pela iniciativa e pela coragem dos portugueses.

A fragata encontra-se desde novembro de 2007 instalada na Doca Seca nº 1 dos antigos estaleiros da *Parry and Son*, em Cacilhas, tendo aberto a visitas em março de 2008, permanecendo neste local ao abrigo de protocolo formalizado com a Câmara Municipal de Almada para a constituição de um polo museológico, em conjunto com o Farol de Cacilhas e o submarino *Barracuda*.



Atual guarnição do navio



20^º FRAGATA

D.FERNANDO II E GLÓRIA

ANIVERSÁRIO DA RECONSTRUÇÃO

DE 5 DE MAIO A 1 OUTUBRO

SUMÁRIO

02	Fragata <i>D. Fernando II e Glória</i>
04	STRATEGIA (41)
06	NRP <i>Sagres</i> . Dia de Portugal
07	Marinha em S. Miguel
10	NRP <i>Viana do Castelo</i>
14	A Autoridade Marítima no COMAR
16	Direito do Mar e Direito Marítimo (16)
18	A Tragédia da Fragata <i>D. Maria II</i>
21	A Moeda “Conceição de Prata”
22	Entregas de Comando/Tomadas de Posse
24	Notícias
28	Convívios
30	Vigia da História (102)
31	Estórias (42)
32	Saúde para Todos (57)
33	Quarto de Folga
34	Notícias Pessoais / Convívios
CC	Símbolos Heráldicos

NRP *D. FRANCISCO DE ALMEIDA* **08**



12 Mergulhadores da Marinha



Centenário da Marinha no Alfeite **15**



Capa
NRP *Sagres* a navegar à vela



Revista da
ARMADA

Publicação Oficial da Marinha
Periodicidade mensal
Nº 532 / Ano XLVIII
Agosto 2018

Revista anotada na ERC
Depósito Legal nº 55737/92
ISSN 0870-9343

Diretor
CALM EMQ João Leonardo Valente dos Santos

Chefe de Redação
CMG Joaquim Manuel de S. Vaz Ferreira

Redatora
1TEN TSN-COM Ana Alexandra G. de Brito

Secretário de Redação
SMOR L Mário Jorge Almeida de Carvalho

Desenho Gráfico
ASS TEC DES Aida Cristina M.P. Faria

Administração, Redação e Publicidade
Revista da Armada – Edifício das Instalações Centrais da Marinha – Rua do Arsenal 1149-001 Lisboa – Portugal
Telef: 21 159 32 54

E-mail da Revista da Armada
revista.armada@marinha.pt
ra.sec@marinha.pt

Paginação eletrónica e produção
ACD PRINT, S.A.
Rua Marquesa d'Alorna, 12 A
2620-271 Ramada

Tiragem média mensal: 4000 exemplares

GUERRAS DE 4ª GERAÇÃO EM AMBIENTE MARÍTIMO

“Perceber o tipo de guerra que se está a lutar é o primeiro passo para a vencer”, General Anthony Zinni (*US Marine Corps*)

Antes de mais, importa recordar as principais características das guerras de 4ª geração.

Segundo o modelo geracional das guerras (que abordei nestas páginas em novembro e dezembro de 2017), estas guerras caracterizam-se por um esbatimento das fronteiras entre guerra e paz, com o estado-nação a perder o monopólio da ação bélica, devido ao envolvimento de atores não-estatais (como grupos de guerrilha, grupos insurgentes, terroristas, etc.). Ao contrário das gerações anteriores, o objetivo dos atores das guerras de 4ª geração não é derrotar o inimigo militarmente, mas antes o seu enfraquecimento, mais psicológico do que físico, através de uma guerra de baixa intensidade, normalmente de longa duração. As guerras de 4ª geração são também muito marcadas pela desordem, típica dos grupos de guerrilha, de insurretos ou de terroristas, que raramente usam uniformes e que possuem hierarquias muito fluidas e pouco marcadas.

Apesar do modelo geracional das guerras estar bastante difundido e estudado nos círculos navais, nomeadamente na hierarquia militar da *US Navy*, ele está – como referi nos artigos acima indicados – muito focado na guerra terrestre, não dando a devida atenção à conflitualidade no mar. Este artigo visa, de algum modo, colmatar essa lacuna, mostrando que as características típicas das guerras de 4ª geração também se têm evidenciado no ambiente marítimo.

De facto, o envolvimento de atores não-estatais na conflitualidade atual está a ter um efeito importante na condução de operações navais, designadamente na capacidade de operar em segurança no litoral, mesmo quando o nível de ameaça convencional é baixo.

Por exemplo, na Segunda Guerra do Líbano, em 14 de julho de 2006, a corveta



Ataque a corveta da Marinha Egípcia

israelita *Hanit* foi atingida por um míssil anti-navio, quando se encontrava a cerca de 10 milhas de Beirute. O míssil, alegadamente fornecido pelo Irão ao Hezbollah, foi disparado do Líbano e atingiu a popa do navio, matando quatro marinheiros israelitas e fazendo deflagrar um incêndio no hangar e na casa das máquinas, que danificou seriamente o aparelho propulsor. Nesse conflito, o Hezbollah usou um arsenal de armas convencionais em ações de guerrilha, além de guerra psicológica, terrorismo e atividades criminosas – uma mistura típica das guerras de 4ª geração. Além disso, desenvolveu uma campanha de propaganda, que tentou criar a percepção (errada) de que estava a vencer a guerra. Hassan Nasarallah, líder do Hezbollah, afirmou que o seu grupo “não era um exército regular, mas também não era uma guerrilha, no sentido tradicional; era algo intermédio”, acrescentando que esse era “o novo modelo”.

Mais recentemente, em 16 de julho de 2015, um grupo afiliado do autodenominado Estado Islâmico, reivindicou um ataque de *rocket* contra um navio da Marinha Egípcia, na península do Sinai. O engenho explosivo atingiu o navio, causando uma

explosão que provocou um fogo de grandes dimensões. Sem surpresa, os relatos de ambos os lados são bastante díspares. Assim, enquanto o grupo terrorista reclamou ter morto toda a guarnição do navio, as autoridades egípcias – reconhecendo ter deflagrado um incêndio a bordo do navio – não confirmaram que ele tivesse sido atingido por um *rocket* e negaram a existência de quaisquer baixas.

Entretanto, no final de 2016, surgiu outro grupo a ameaçar o ambiente marítimo: tratou-se dos rebeldes Houthis que combatem no Iémen e que dispõem de mísseis superfície-superfície, alegadamente fornecidos pelo Irão. Essa ameaça manifestou-se a 1 de outubro de 2016, com um ataque com mísseis de fabrico chinês, contra um catamarã de transporte logístico dos Emirados Árabes Unidos (*HSV Swift*), que o danificou gravemente, deixando-o irreparável.

Uma semana depois, a 8 de outubro, rebeldes Houthis lançaram dois mísseis contra dois navios de guerra norte-americanos: o *destroyer Mason* e o navio anfíbio *Ponce*, que navegavam em águas internacionais, no Mar Vermelho. Tanto quanto se sabe, os mísseis foram lançados a partir



HSV Swift após o ataque dos Houthis



Navio de pesca chinês guarnecido por homenzinhos azuis (Fonte US Navy)

de território iemenita. O *destroyer Mason* disparou imediatamente três mísseis superfície-ar (dois *Standard* e um *Evolved Sea Sparrow*) para tentar interceptar os mísseis atacantes. Não se sabe se isso aconteceu, apenas se sabe que os mísseis dos Houthis falharam o alvo, despenhando-se na água. Nas semanas seguintes, houve relatos de outros ataques a navios de guerra norte-americanos, com mísseis lançados de terra, mas nenhum deles foi confirmado.

Outra evidência desta nova forma de conflitualidade no ambiente marítimo são os chamados *homenzinhos azuis* (ou *little blue men*). Cabe aqui recordar que o confronto na Ucrânia trouxe para a ordem do dia os célebres *homenzinhos verdes* (ou *little green men*), soldados mascarados, envergando uniformes sem qualquer distintivo ou insígnia, que surgiram na Crimeia e no leste da Ucrânia a partir do início de 2014.

Pois bem, no mar da China Meridional – onde existem diversas disputas territoriais, envolvendo ilhas, ilhéus e recifes reclamados por vários países – a China estará a empregar milícias marítimas embarcadas a bordo de navios de pesca, que perturbam deliberadamente os trânsitos

e as atividades dos navios de guerra de outras nacionalidades, servindo também para recolher informações. Tanto quanto tem sido divulgado, essas milícias são compostas maioritariamente por ex-militares da Marinha Chinesa, respondendo perante a cadeia de comando institucional. Contudo, o facto de estarem vestidos como pescadores, dificulta qualquer eventual reação por parte dos navios de guerra estrangeiros, que estão muito limitados na sua capacidade de atuação perante simples “pescadores”.

Tanto os perpetradores dos ataques acima referidos, como estes *homenzinhos azuis*, são atores não-estatais, que estão a evidenciar no ambiente marítimo as características típicas das guerras de 4ª geração.

Isso tem obrigado a repensar alguns procedimentos operacionais para fazer face a ameaças assimétricas, particularmente em ambiente litoral, cabendo aqui destacar que a Marinha Portuguesa esteve na origem da correspondente doutrina tática da NATO, a qual está refletida na publicação ATP-74 - *Force Protection against Asymmetric Threats*. Essa publicação contém medidas pré-planeadas, desenvolvidas com o objetivo de proteger os navios de ameaças não convencionais em zonas litorais e perto da costa.

Mais recentemente, a Marinha Portuguesa liderou, no seio da NATO, um projeto com o objetivo de desenvolver a capacidade de defesa portuária, em operações expedicionárias, perante ameaças não convencionais. Tratou-se do projeto “NATO Harbour Protection”, que resultou no desenvolvimento

de princípios e de práticas destinados a incrementar a proteção de navios e de infraestruturas críticas em ambiente marítimo-portuário. Esses princípios também já deram origem a uma publicação da NATO: o ATP-94 – *Harbour Protection*, promulgado em abril de 2017.

Para concluir, gostaria de salientar algumas lições que podemos retirar para o futuro, a partir de uma análise das principais características das guerras de 4ª geração, nomeadamente no ambiente marítimo.

Primeiro, o combate às ameaças securitárias (externas e internas), colocadas por Estados e por atores não-estatais, obriga a um esforço concertado por parte de um conjunto alargado de agências com competências na matéria. Ou seja, será necessária uma sólida, rotinada e bem oleada cooperação inter-agências, entre forças armadas, autoridades de polícia, serviços de informações, autoridades judiciais, etc., para fazer face à teia de desafios de segurança do futuro.

Segundo, apesar da prevalência de conflitos não convencionais de baixa intensidade, as forças armadas (em geral) e as marinhas (em particular) não podem dispensar a preparação para todo o tipo de empenhamentos, incluindo os conflitos inter-estatais. Isso requer forças armadas preparadas para os empenhamentos de baixa intensidade característicos da 4ª geração e, simultaneamente, para os empenhamentos de alta intensidade característicos das três gerações da guerra anteriores. Ou seja, forças armadas equilibradas, versáteis e flexíveis.

Terceiro e último, como a guerra está permanentemente a evoluir, é fundamental efetuar um esforço constante e contínuo de conceptualização e de prospetiva, de forma a procurar antecipar os traços distintivos da conflitualidade futura.



FA não podem dispensar a preparação para todo o tipo de conflitos

NRP SAGRES

DIA DE PORTUGAL

A 27 de abril teve início a Viagem de Instrução do NRP *Sagres*, cujo período de missão está previsto durar até 9 de setembro. Este ano, o navio-escola aliou-se a várias temáticas, sejam diplomáticas e culturais, como o Dia de Portugal e o mês de Portugal nos Estados Unidos da América e Canadá, comerciais, como as parcerias com as marcas *Favaio*, *Hovione* e *EATUR*, ou marítimas, como o evento *Velas Latino-America 2018*.

Nova Iorque e Boston foram os portos mais desafiantes do ponto de vista diplomático, tendo sido Boston a cidade escolhida pelo Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, para visitar a respetiva comunidade portuguesa a 11 de junho. A sua passagem pelo navio com as devidas honras e receção protocolar foi acompanhada pelo Primeiro-Ministro português, Dr. António Costa, que também se encontrava numa jornada diplomática e de negócios por terras americanas. Em Nova Iorque, o navio recebeu várias entidades das Nações Unidas no dia 30 de maio, numa receção com o objetivo de comemorar o Dia de Portugal na ONU. A gastronomia portuguesa não passou despercebida a ninguém, tendo o navio provado mais uma vez, a razão de ser chamado de “embaixada flutuante”.

Nem sempre bafejado por ventos favoráveis, o NRP *Sagres* tem cumprido a sua missão usando muitas vezes a sua máquina propulsora, para tristeza da sua guarnição e dos instruídos do projeto “Marinheiros da Diáspora”, jovens pertencendo às comunidades portuguesas dos Estados Unidos e do Canadá que embarcaram por curtos períodos entre os portos de Filadélfia, Nova York/Bayonne, Newport, Boston e Halifax. Fazendo já parte da família naval, coube o lugar de honra como primeiros instruídos da presente missão os elementos da *APORVELA*, que realizaram a navegação Lisboa-Porto Santo-Funchal.

Durante a sua estadia no navio, quer os instruídos da *APORVELA* quer os instruídos dos “Marinheiros da Diáspora”, estiveram envolvidos em várias atividades. O seu início começava com uma visita guiada aos espaços mais emblemáticos, onde era contada a sua história e cultura naval associada, sendo oferecido a cada um, uma pagela com essas informações e algumas curiosidades sobre o navio e a missão decorrente. As ações mais “marinheiras”, passaram pela participação dos instruídos nas Fainas Gerais de Mastros e nos Serviços de bordo, na limpeza e preparação do navio para as visitas que iria receber nos portos que praticaria. Instruídos, equipados e devidamente acompanhados, os instruídos mais corajosos puderam subir até ao cesto do mastro Grande, onde viveram uma experiência diferente e sentiram um pouco o que um marinheiro faz, durante a sua comissão a bordo.

Sendo um navio diferente e de beleza incomum, as visitas que recebeu não foram apenas de portugueses radicados no estrangeiro. As populações locais, curiosas por encontrarem algo diferente, ou desejosas de voltarem a visitar um navio que deixou saudades das últimas vezes que por lá passou, também pela *Sagres* passaram.

É pela atenção nos pormenores e na preocupação em bem fazer, que a guarnição do navio tem sido muito bem recebida em todos os portos que pratica. Em Bayonne e Halifax, a própria comunidade portuguesa teve a iniciativa de ir buscar ao navio os elementos da guarnição que não estivessem de serviço, para as suas festas tradicionais e alguns jogos desportivos.

Em Bayonne e Newport, o navio pela figura do Seu Comandante e por alguns elementos da guarnição, participou em even-



tos relativos a monumentos alusivos aos Portugueses. Durante a estadia em Bayonne, foi inaugurado o monumento alusivo aos veteranos luso-americanos, que ainda hoje, como foi referido na cerimónia com a identificação de alguns militares, participam na linha da frente das operações militares dos Estados Unidos. Em Newport, junto do antigo monumento alusivo aos Descobridores Portugueses, foi inaugurado um novo monumento, amplificando assim o valor que a cidade dá à presença portuguesa.

Com os parceiros comerciais, os eventos realizados foram de diversas naturezas. Visitas mais personalizadas ao navio com degustação de produtos da *Favaio*, jantar a bordo com a *Hovione* e duas reuniões de negócios com posterior jantar a bordo com a *AATUR*, todos foram um sucesso. Para isso, o papel da equipa da Taifa do navio na preparação e na apresentação dos mais diversos pratos e iguarias foi fundamental, recebendo os mais rasgados elogios em cada evento ocorrido.

No mar, os dias são passados de forma dinâmica, entre exercícios no âmbito da Limitação de Avarias e da Organização Militar, testando-se a prontidão do navio e da sua guarnição enquanto se cumpre o planeamento de navegação, sempre a contrarrelógio. De corrente contra e ventos desfavoráveis, é ao som do apito da faina que o navio se vai aproximando de Miami, o próximo porto a escalar. Fica para já o desejo de se voltar a mostrar as ‘Cruzes de Cristo’, em águas que há muito tempo as deixaram de admirar.



Colaboração do COMANDO DO NRP SAGRES

MARINHA EM S. MIGUEL

EXERCÍCIO DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

A Marinha realizou em 11 de junho um exercício de apoio a uma catástrofe natural, conduzindo uma operação de assistência humanitária a uma população assolada por um terramoto que ocorreu na ilha de S. Miguel, nos Açores, em que as estruturas de socorro locais foram gravemente afetadas.

Esta operação foi planeada, projetada e executada pela Força Naval Portuguesa (FNP), comandada pelo CMG Diogo Arroiteia e respetivo Estado-Maior, e constituída pelos NRP *Corte Real*, navio-chefe com helicóptero *Lynx* embarcado, NRP *Álvares Cabral*, NRP *Bérrio* e NRP *António Enes*, onde se incluía uma força de fuzileiros, unidades de mergulhadores e um destacamento de helicópteros, perfazendo um total de 660 militares.

Considerando o cenário de uma população devastada por um terramoto de larga escala, a Vila das Milícias apenas tinha acessos por via marítima e aérea, necessitando de apoio urgente em termos de assistência e tratamento a vítimas, busca e salvamento, combate a incêndios ou mesmo recuperar infraestruturas básicas e de subsistência.

Neste contexto, a FNP projetou para a localidade, inclusive através de um desembarque por botes na praia das Milícias, uma força de cerca de 165 militares das diversas guarnições, com valências específicas para realizar ações de busca e salvamento, socorro de vítimas e respetiva evacuação aérea, salvamento marítimo por mergulhador através de helicóptero e equipas técnicas para fazer face às necessidades da população sinistrada.

Foram ainda montadas infraestruturas de comando e controlo e de apoio, como um Posto de Comando em Terra (PCT), um Posto Avançado Sanitário (PAS), um Centro de Controlo de Feridos e Evacuados (CCFE) e cozinha de campanha com capacidade de alimentar 300 pessoas por refeição.

Aproveitando o enquadramento e os meios no terreno, foi demonstrada a capacidade de implementar, de forma completamente autónoma, uma rede de comunicação de dados, entre o Posto de Comando a Bordo (PCB) e o PCT, através de uma ligação de *radio-link* de banda larga, de forma a apoiar o exercício na área do comando e controlo, conseguindo-se assim em tempo real monitorizar a bordo o que estava a ocorrer no terreno.

De salientar ainda que, no âmbito da relação interagências, o exercício contou com a cooperação do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, o qual disponibilizou quatro elementos de ligação e participou, a partir da sua sede em Angra do Heroísmo, na videoconferência realizada entre os diversos centros de comando e controlo do exercício, onde se incluiu o PCB a bordo da fragata *Corte Real*, o PCT no teatro de operações, o Comando da Zona Marítima dos Açores e o Comando Operacional dos Açores.

A Marinha já aplicou esta capacidade em situações reais, tais como o aluvião da ilha da Madeira (2010) e a erupção do vulcão da ilha do Fogo (2014), em Cabo Verde, bem como treina, com regularidade, as guarnições dos navios para estes cenários de crise, principalmente as unidades navais que cumprem missões na Zona Marítima dos Açores.

Além da presença do Ministro da Defesa Nacional, Prof. Doutor Azeredo Lopes, acompanhado pelo Chefe do Estado-Maior



da Armada e Autoridade Marítima Nacional, Almirante Mendes Calado, assistiram a este exercício diversas entidades regionais e locais, entre as quais o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada.



Colaboração do **COMPRTMARFOR**

NRP D. FRANCISCO DE ALMEIDA

OPERAÇÃO THEMIS DA AGÊNCIA EUROPEIA FRONTEX

A 26 de março de 2018, a fragata NRP *D. Francisco de Almeida* largou da Base Naval de Lisboa (BNL) rumo a uma missão de dois meses e meio, para colaborar com a Agência Europeia FRONTEX. Nesta missão o navio participou na Operação *THEMIS*, no Mediterrâneo Central, com o objetivo primordial da vigilância e redução do fluxo de migração irregular em direção às fronteiras externas da União Europeia.

Com o intuito de complementar as valências da guarnição do navio e assim cumprir a missão atribuída, este embarcou duas equipas de abordagem (10 militares fuzileiros), uma equipa de mergulhadores do Destacamento de Mergulhadores Sapadores n.º 2 (2 militares) e um oficial médico naval, com o reforço de mais um enfermeiro. Em colaboração, embarcaram ainda dois inspetores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e dois oficiais de ligação italianos da *Guardia di Finanza* e *Guardia Costiera*, estes últimos embarcados apenas em Itália. Para efeitos de coordenação e planeamento, a fragata contou ainda com um oficial de ligação nacional no ICC (*International Coordination Center*) de Roma.

AGÊNCIA EUROPEIA FRONTEX

Nos últimos anos, tem-se assistido a um aumento sem precedentes do número de migrantes e refugiados que pretendem entrar na União Europeia (UE). Estes países da UE têm a responsabilidade exclusiva pelo controlo das suas fronteiras, no entanto a FRONTEX pode prestar apoio técnico adicional aos países sujeitos a fortes pressões migratórias.

A missão da FRONTEX, Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, visa promover, coordenar e desenvolver o controlo das fronteiras da Europa, respeitando a Carta dos Direitos Fundamentais da UE e aplicando um conceito de gestão integrada de fronteiras.



Foto: Francesco Malavolta

Criada em 2004, a agência assegura a coordenação da mobilização de equipamento técnico adicional (por exemplo, aeronaves e navios) e de pessoal devidamente formado para as fronteiras, coordenando operações marítimas (por exemplo, na Grécia, em Itália e em Espanha) e operações nas fronteiras terrestres externas, nomeadamente na Bulgária, Roménia, Polónia e Eslováquia. A FRONTEX está ainda presente em muitos aeroportos internacionais por toda a Europa.

No ano de 2017, a FRONTEX participou no salvamento marítimo de cerca de 38 000 pessoas nas operações em Itália, Grécia e Espanha.

OPERAÇÃO THEMIS

No início do ano de 2018, a Agência Europeia FRONTEX lançou uma nova operação no Mar Mediterrâneo Central, batizada de Operação *THEMIS*, que vem substituir a anterior Operação



Foto: Carlos Rodrigues

TRITON, lançada em 2014. Esta nova operação conjunta manterá a busca e salvamento marítimo como componente crucial, mas, ao mesmo tempo, terá uma nova estratégia de recolha de informações e outras medidas focadas na deteção de ameaças às fronteiras externas da UE, tais como o tráfico de seres humanos, o narcotráfico, o tráfico de armas, entre outros. A área operacional da *THEMIS* cobre as rotas marítimas de migração a partir da Argélia, Tunísia, Líbia, Egito, Turquia e Albânia.

Para além da participação do NRP *D. Francisco de Almeida* nesta operação, a Marinha portuguesa irá ainda colaborar com a agência FRONTEX no 3º trimestre do ano, com a fragata NRP *Álvares Cabral* e com o navio patrulha NRP *Douro*.

OPERAÇÃO SEA GUARDIAN

Entre 2001 e 2015, a única operação NATO conduzida ao abrigo do artigo 5º do Tratado de *Washington* foi a Operação *ACTIVE ENDEAVOUR* que decorreu no Mediterrâneo com vista ao combate a atividades associadas ao terrorismo. Contudo, com o passar dos anos, verificou-se que o seu cariz tinha vindo a mudar de combate ao terrorismo para tarefas no âmbito da segurança marítima convencional e liberdade da navegação naquele que é uma das mais importantes e mais praticadas vias de tráfego marítimo do mundo.

O NRP *D. Francisco de Almeida* participou igualmente nesta operação, tendo monitorizado o Mediterrâneo Central e Oeste durante 61 dias e investigado um total de mais de 1500 navios, contribuindo assim para um aumento do conhecimento situacional da NATO e para a determinação dos padrões de vida da navegação naquela parte do globo.

OS 72 DIAS DE MISSÃO

Após a largada de Lisboa no dia 26 de março, a primeira paragem da missão seria no porto de Catânia, na Sicília (Itália), onde embarcaram os oficiais de ligação italianos. Durante este trânsito, o NRP *D. Francisco de Almeida* aproveitou para “alinhar as agulhas” e treinar a sua guarnição na disposição de tarefas na condição especial “2C” – Recolha de migrantes irregulares no mar. O emprego de uma fragata nesta tipologia de missão atesta bem da versatilidade e capacidades deste tipo de meio para um variado leque de missões e tarefas.

Apesar da área de operações ser bastante vasta, a área principal de foco durante a missão da fragata portuguesa foi a zona entre as ilhas de Lampedusa e Pantelleria, rota bastante usada principalmente por embarcações provenientes da Tunísia. Estas embarcações sobrelotadas de migrantes irregulares, geralmente, são barcos de pesca de madeira adaptados para que os facilitadores consigam colocar o máximo de pessoas a bordo, sem nunca atenderem às mínimas condições de segurança.

Ao ser avistada pelo navio ou após receção de uma comunicação do ICC Roma a reportar uma posição de uma embarcação sobrelotada, o navio rapidamente se dirige para o local e, cerca de 30 minutos antes de chegar, começam os preparativos para receber os migrantes a bordo. A organização interna de bordo prevê um circuito de recolha de migrantes irregulares onde se encontra contemplada a revista e identificação, a triagem médica, o recenseamento efetuado por dois inspetores do SEF, a alimentação e toda a assistência necessária para cada elemento recolhido. Foram efetuadas doze recolhas de migrantes irregulares durante a missão.

Os períodos de descanso da guarnição e de reabastecimento do navio ocorreram em seis ocasiões, a maioria das vezes em portos



da Sicília, com exceção de duas atracções, uma em Taranto, no sul de Itália, e outra em Cagliari, na Sardenha. Em alguns destes portos foram desenvolvidas visitas e eventos desportivos de convívio da guarnição.

Durante a missão, a fragata portuguesa embarcou dois jornalistas italianos da *RAI*, uma jornalista espanhola do *El País*, o escritor Pierre Freyburger, que se encontrava a escrever o seu terceiro livro sobre as rotas e movimentos migratórios, e um fotógrafo da agência FRONTEX. Foi um período onde puderam testemunhar o dia a dia de uma unidade operacional em patrulha na operação *THEMIS* e acompanhar de muito perto o processo de resgate, triagem, alimentação, registo e entrega de migrantes, intercetados nas águas do mediterrâneo.

CONCLUSÕES

O NRP *D. Francisco de Almeida* chega a Lisboa após 72 dias de missão no Mediterrâneo Central. Durante este período navegou mais de 1200 horas, percorrendo um total de mais de 13 000 milhas náuticas, tendo resgatado, das águas mediterrânicas, 801 migrantes irregulares de 12 nacionalidades diferentes. Com o sentimento de satisfação pelo dever cumprido, é momento para um curto descanso a fim de reencontrar amigos e familiares, antes de iniciar preparativos para a próxima missão.

Colaboração do **COMANDO DO NRP D. FRANCISCO DE ALMEIDA**

NRP VIANA DO CASTELO

EXERCÍCIOS INTERNACIONAIS

Com orgulho e sentido do dever, o NRP *Viana do Castelo* largou para o mar no dia 26 de abril para integrar, pela primeira vez, uma Força Marítima Europeia, a EUROMARFOR (EMF), e participar no exercício internacional de guerra de minas *SPANISH MINEX 18* (SPMINEX18).

A primeira parte da missão foi dedicada ao exercício internacional SPMINEX18, de 30 de abril a 10 de maio, que ocorreu nas imediações das Ilhas Baleares. Na segunda fase da missão, no período de 13 a 18 de maio, o navio participou no exercício *MARE APERTO*, organizado pela Marinha Italiana.



No âmbito do SPMINEX18, o NRP *Viana do Castelo* assumiu as funções de navio chefe da EUROMARFOR, ativada para este exercício, sendo constituída por meios de Espanha, Itália e Portugal, com o seu *staff* e comandante embarcados.

Para esse efeito, no dia 30 de abril, no porto de *Mahon* (Ilha *Menorca*), o navio acolheu a bordo a cerimónia de ativação da EUROMARFOR, sendo que, atualmente, Portugal assume o comando desta força, exercido em rotatividade pelos estados que contribuem para esta força, no biénio 2017/2019.

A cerimónia de ativação da força naval, para a sua participação no exercício SPMINEX18, contou com a presença de várias unidades navais dos países pertencentes à EUROMARFOR (Portugal, Espanha, Itália e França), estando presentes várias entidades oficiais desses países, assim como as autoridades locais da Ilha.

SPANISH MINEX 2018

O SPANISH MINEX é um exercício de guerra de minas organizado pela Armada Espanhola que ocorre todos os anos, e cujo objetivo é pôr em prática os procedimentos operacionais de defesa de portos e ancoradouros contra a ameaça de minas marítimas e engenhos explosivos marítimos improvisados.

A missão de cada participante é manter as águas livres da ameaça de minas marítimas, engenhos explosivos marítimos improvisados e providenciar segurança ao tráfico mercante e marítimo de recreio, melhorando o seu grau de proficiência e integração com as restantes unidades dos outros países. As minas marítimas e os engenhos explosivos marítimos improvisados utilizados foram simulados por minas de exercício (dispositivos submarinos totalmente inofensivos e seguros para o meio ambiente), sendo todos recolhidos no final do exercício.

A força naval participante no SPMINEX18, num total 12 navios, largou do porto de *Mahon* para participar no exercício internacional de guerra de minas a ocorrer nas imediações da Ilha Maiorca, no período de 30 de abril a 10 de maio, com o objetivo de incrementar a cooperação e desempenho das diversas unidades navais aliadas no combate à guerra de minas em cenários de crise.

Para este exercício, além da guarnição, constituída por 46 elementos, o navio embarcou o *staff* da EUROMARFOR, formado por 6 elementos, o Destacamento de Mergulhadores Sapadores (DMS 3 MW) para guerra de minas, constituído por 8 elementos, veículos autónomos submarinos (*Autonomous Underwater Vehicles – AUV*) e 1 médico, num total de 61 militares.

Ao largar de *Mahon*, o primeiro dia do exercício foi dedicado à integração da força naval, com a realização de exercícios de proteção de força, manobras e evoluções e comunicações. No segundo dia, o DMS3 MW empregou os seus AUV, com o propósito de recolha de dados para contribuir para a elaboração das curvas de probabilidade de deteção dos veículos autónomos submarinos com sonar lateral. Concluída a fase de seriado, deu-se início à fase tática do exercício, com a execução de operações de guerra de minas, de mergulho, de veículos operados remotamente e AUV sendo de salientar que, simultaneamente, decorreram eventos de guerra assimétrica, com aeronaves e lanchas rápidas.

Para além dos AUV do DMS 3 MW, é de realçar a presença de veículos autónomos submarinos da Marinha norte-americana e da Marinha belga, bem como do *NATO Centre for Maritime Research and Experimentation (CMRE)*.

Este exercício constituiu, ainda, uma oportunidade para estreitar os laços existentes entre as marinhas envolvidas, através da troca de elementos entre unidades navais para visualização dos procedimentos das outras Marinhas na operação dos diversos sistemas e veículos.

Os objetivos do exercício foram totalmente atingidos, tendo a equipa portuguesa detetado e inativado as minas na área que lhe foi atribuída, sendo de realçar o excelente desempenho na operação do veículo autónomo submarino GAVIA, que recolheu rasgados elogios por parte das Marinhas participantes no SPMINEX18, comprovando, uma vez mais, o elevado nível operacional atingido na utilização deste tipo de sistemas, fruto de um trabalho sistemático e contínuo efetuado por todos aqueles que contribuem para sua utilização operacional.



MARE APERTO 2018

Concluído o SPMINEX18, o navio rumou ao norte da Sicília para participar no *MARE APERTO 18*. O exercício italiano tinha como objetivo treinar navios, submarinos e meios aéreos na participação em Operações de Estabilização, nas quais se incluem operações de interdição marítima, de modo a aumentar as capacidades de combate e de interoperabilidade entre as nações participantes.

No *MARE APERTO*, o navio participou na fase *TACEX* que consistiu na realização da Operação *Black Avola*, em que o NRP *Viana do Castelo* integrou a TG 621.06, tendo como tarefa estabelecer um embargo a fim de garantir a paz e segurança regional e estabilidade da região.

Neste exercício italiano, participaram, aproximadamente, 5000 militares, em ambiente marítimo, aéreo e terrestre, estando presentes 42 unidades navais, incluindo 3 submarinos, 1 porta-aviões, 1 porta-helicópteros, 2 navios anfíbios e 3 navios reabastecedores.

CONCLUSÃO

A participação nestes dois exercícios foi uma excelente oportunidade para elevar o padrão de desempenho e motivação da guarnição, tendo em conta que são eventos em que normalmente esta classe de navios não participa. Foi possível demonstrar que existe a bordo capacidade para receber um *staff* internacional e participar em exercícios internacionais.



Colaboração do **COMANDO DO NRP VIANA DO CASTELO**



MERGULHADORES DA MARINHA

STANDING NATO MINE COUNTERMEASURES GROUP 1 (SNMCMG1)



Os Destacamentos de Mergulhadores Sapadores integraram, pela primeira vez, a Força da NATO SNMCMG1, de 20 de fevereiro a 19 de junho de 2018, no âmbito do empenhamento das Forças Armadas Portuguesas, nomeadamente através do emprego de Forças Nacionais Destacadas (FND) em ações no âmbito da segurança cooperativa ou coletiva.

A SNMCMG1 tem como principal missão manter, de forma permanente, a capacidade de guerra de minas da NATO no norte da Europa, em tempo de paz e períodos de conflito ou crise.

A participação dos Mergulhadores da Marinha foi repartida em duas fases, a primeira entre 19 de fevereiro e 20 de abril e a segunda entre 19 de abril e 19 de junho, com o empenhamento de uma equipa de 4 militares dos Destacamentos de Mergulhadores Sapadores nºs 1 e 3, em cada uma delas. Com o emprego destas equipas Portugal garantiu apoio, ao SNMCMG1, na capacidade de inativação de engenhos explosivos em ambiente submarino (UWEOD).

As equipas de Mergulhadores foram projetadas para bordo do navio caça minas da Marinha alemã FGS *Bad Bevensen*, constituindo-se como um meio orgânico que, durante quatro meses, colaborou nas mais diversificadas tarefas de bordo e participou em vários exercícios e operações reais no âmbito da guerra de minas, com o objetivo de detetar, identificar e inativar engenhos explosivos (minas, torpedos e bombas de avião) oriundos de antigos conflitos militares.

Após a largada do porto de Kiel, no dia 24 de fevereiro, o FGS *Bad Bevensen*, com a equipa de mergulhadores embarcada, iniciou um período operacional bastante intenso. Durante quatro meses a força NATO SNMCMG1 participou nos exercícios *DYNAMIC MOVE*, *JOINT WARRIOR*, *BALTOPS* e nas operações reais *FRANCE – HISTORICAL ORDNANCE DISPOSAL* e *OPEN SPIRIT*. Durante a execução deste exigente planeamento a força efetuou várias escalas logísticas nos portos de Amsterdão, Zeebrugge, Antuérpia, S. Malo, Glasgow, Aberdeen, Talin, Ventspils e Klaipeda, regressando novamente a Kiel no dia 15 de junho.

Em 120 dias de missão, as equipas de mergulhadores realizaram um total de 116 operações de mergulho a profundidades

até aos 40 metros, com temperaturas entre -1º e 7º C. Os navios da força contabilizaram 1633 horas de navegação e 7839 milhas náuticas percorridas no Mar do Norte e Mar Báltico.

OPERAÇÃO FRANCE – HISTORICAL ORDNANCE DISPOSAL

Operação realizada na costa da França, entre 4 e 12 de abril, mais precisamente na zona da Normandia onde decorreu o desembarque dos aliados na segunda guerra mundial, conhecido como o dia D. Esta operação teve como objetivo detetar e destruir engenhos explosivos oriundos deste conflito e que ainda, hoje, representam um perigo para a segurança de toda a comunidade marítima.

No decorrer desta operação o SNMCMG1 cobriu uma área de 90 Km² tendo destruído 6 bombas de avião e 2 minas. Salienta-se o facto de a equipa de mergulhadores portuguesa ter identificado positivamente e destruído uma das bombas de avião, de aproximadamente 200 Kg/TNT.

OPERAÇÃO OPEN SPIRIT

A equipa de mergulhadores portugueses teve também a oportunidade de participar na maior operação de contramedida de minas no Mar Báltico, no período de 13 a 24 de maio. Nesta operação estiveram presentes mais de 800 militares de 15 países participantes e 20 navios especialmente concebidos para a guerra de minas.

O *OPEN SPIRIT* é organizado anualmente, em rotação, pela Estónia, Letónia e Lituânia. Este ano a nação organizadora foi a Estónia e as operações decorreram na área adjacente a Talin e junto das ilhas de Saaremaa e Hiiuma.

O Mar Báltico foi cenário de inúmeros conflitos militares, destacando-se as duas grandes guerras mundiais. Ainda hoje estima-se que existam milhares de engenhos explosivos perdidos no fundo deste mar. A realização anual desta operação é de extrema importância para a segurança das rotas marítimas, zonas de

pesca, estruturas marítimas, áreas de lazer e saúde dos ecossistemas marinhos.

Nesta operação, que decorreu durante 12 dias, a equipa portuguesa realizou 37 mergulhos entre os 25 e os 39 metros de profundidade, com temperaturas a rondar 0º C. Num trabalho conjunto com o navio caça minas alemão, os mergulhadores detonaram um torpedo G7 (500 Kg/TNT), seis minas russas de fundear, das quais quatro KB-KRAB (430 Kg/TNT), uma M06 (115 Kg/TNT) e uma PLT (450 Kg/TNT), e uma mina alemã de fundear EMF (600 Kg/TNT).

No final da operação, o balanço foi muito positivo, tendo sido encontrados 39 engenhos explosivos, dos quais 25 foram detonados no local pela força.

O contacto com marinhas de outros países, a observação e a partilha de conhecimentos e as oportunidades de treino real, tão bem aproveitadas, foram de grande mais-valia para os mergulhadores portugueses.

Felizmente em Portugal o grau da ameaça representada pelos engenhos explosivos subaquáticos é mais baixo. Contudo, em vários países, nomeadamente naqueles que contornam o Mar Báltico, essa ameaça continua atual e está bem presente no quotidiano daqueles que fazem uso do mar para viver ou para fins lúdicos.

Regressámos com o sentimento de orgulho e de missão cumprida, pois demos o nosso importante contributo para tornar o mar um local mais seguro.



Detonação de uma bomba da 2ª Guerra Mundial, encontrada pela SNMCMG1 no Norte de França.

Ao longo dos 120 dias de missão, muitas foram as lições aprendidas com muitos cenários e situações novas que nunca tínhamos vivido. Foi gratificante colocar em prática o nosso conhecimento, que tão afincadamente exercitamos ao longo do ano.

Não podemos deixar de salientar a importância do navio FGS *Bad Bevensen* e a sua guarnição, comandados pela Comandante Anna Prehn, cuja camaradagem e apoio logístico e operacional contribuiu significativamente para o sucesso da nossa missão.

Agora é tempo de renovar energias e ganhar fôlego para mergulhar em novas missões.

Colaboração da **ESQUADRILHA DE SUBSUPERFÍCIE**



A AUTORIDADE MARÍTIMA NO COMAR

O Centro de Operações Marítimas (COMAR) foi criado por despacho do Almirante Chefe do Estado Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, n.º 20/08 de 4 de junho, considerando a importância de dispor de um único órgão para o apoio ao exercício de nível operacional, do comando, controlo e coordenação das ações da Marinha e da Autoridade Marítima, e da sua articulação com os demais órgãos do Estado com competência de atuação, em razão da matéria, nos espaços marítimos. O COMAR em conjunto com o *Maritime Rescue Coordination Center* (MRCC) estão localizados no Comando Naval (CN), devido às capacidades e valências que o Centro de Operações do CN detém, e dos canais de comunicação formais instituídos com outros centros.

O COMAR tem como missão: servir ao nível operacional, através das funcionalidades de apoio à decisão de que dispõe, o Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, o Comandante Naval, o Diretor-geral da Autoridade Marítima e Comandante-geral da Polícia Marítima e o Diretor-geral do Instituto Hidrográfico, assegurando o apoio à condução de operações e exercícios, e a coordenação das ações conduzidas no mar, a fim de garantir o exercício da autoridade do Estado e a segurança nos espaços marítimos; compete-lhe também coligir, processar e disseminar a informação necessária para a aquisição e manutenção do conhecimento da situação sobre o espaço de envolvimento marítimo, contribuindo para o exercício da autoridade do Estado nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional, e para o comando e controlo das operações navais nas áreas de responsabilidade nacional e onde o interesse nacional o exigir.

No que diz respeito ao apoio à Autoridade Marítima o COMAR está dotado de recursos e de sistemas de informação para gerar e difundir conhecimento situacional das zonas costeiras e litorais, o qual promove a segurança marítima, suporta as ações de busca e salvamento e permite monitorizar os espaços marítimos. Dentro desses sistemas destacam-se a plataforma 112.pt, o *Latitude 32*, o *SEGMAR*, o *SICNAV*, o *SIPM*, o *OVERSEE*, o *SAFE SEA NET*, o *CLEAN SEA NET*, o *SEAVISION*, o *MMHS-II* e o sistema Costa Segura, recentemente implementado, que reforça a segurança marítima na orla costeira.

A Polícia Marítima (PM) que tem uma intervenção fundamental na segurança marítima, mantém permanentemente de serviço um agente no COMAR, o qual desempenha funções tão diversificadas como:

- Receber, analisar e tomar acção sobre os alertas recebidos pela plataforma 112.pt;
- Colaborar nas ações de Busca e Salvamento Marítimo do MRCC, assessorando o oficial de serviço ao COMAR, nos sinistros marítimos, salvamento e salvação marítima, socorro a náufragos e outras matérias;
- Apoiar os órgãos da estrutura da Autoridade Marítima Nacional: Instituto de Socorros a Náufragos, Direção de Combate à Poluição do Mar, Capitánias dos Portos, Comandos Locais da PM (CLPM), assim como, entidades com as quais existe o dever (e necessidade), nomeadamente a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Polícia Judiciária;
- Receber, actualizar e reencaminhar a informação relativa a navios de pesquisa oceanográfica, garantir a informação atualizada sobre o estado de prontidão dos meios de salvamento das estações salva-vidas;



- Garantir a ligação à área de Informações Policiais do Comando-geral da Polícia Marítima (CGPM);
- Difundir os *Overdue* aos CLPM e manter o controlo;
- Acompanhar e actualizar o estado das Barras de acordo com as determinações dos Capitães de Porto;
- Apoiar o Oficial de Ligação entre DGAM/CGPM e o COMNAV/MRCC.

O trabalho realizado no COMAR, ao longo do ano de 2017 e no primeiro semestre de 2018, demonstrou ser um serviço bastante dinâmico e imprescindível, registando 1638 e 807 ocorrências dentro do Domínio Público Marítimo (DPM) e no Domínio Público Hídrico (DPH), respetivamente, sobre as quais houve intervenção directa do elemento da PM no COMAR/MRCC através dos 28 Comandos Locais da PM do país, assim como com outras entidades. É de realçar o grande número de ações que envolveram os meios humanos e materiais da Autoridade Marítima Nacional (AMN), especialmente dos seus órgãos locais, capitánias e comandos da PM, acionados pelo COMAR, em eventos tão diferenciados como:

- Assistência a pessoas que sofreram doenças/traumas no DPM;
- Condução de evacuações de ilhas por causas médicas;
- Alertas a pessoas em zonas perigosas do DPM;
- Auxílio a pessoas com dificuldades na água por pré-afogamento;
- Socorro a acidentados com meios aquáticos;
- Resolução de incidentes de ordem pública/agressões/ameaças;
- Recolha e processamento de mortos no DPM;
- Assistência a acidentados com embarcações de recreio e de pesca;
- Resgate de pessoas que sofreram quedas nas falésias e rochas;
- Desencorajamento a tentativas de suicídio;
- Buscas de desaparecidos no DPM, nomeadamente crianças;
- Assistência a pessoas que sofreram furtos/roubos no DPM;
- Socorro a pescadores acidentados.

A atuação da PM no COMAR, pauta-se pelo rigor e tem contribuído para a grande eficácia da sua resposta operacional. Tal postura tem permitido prevenir um número significativo de incidentes e acidentes no DPM, explorando os mecanismos disponíveis de forma eficiente e gerando soluções que provaram ser eficazes, quer quando coordenados pelo COMAR, quer quando se descentralizou a condução das ações nos órgãos locais da AMN. Esta dinâmica de partilha de informação, de gestão coordenada de meios, e de união de esforços, demonstrou ser bastante proveitosa e constitui um exemplo de boas práticas na geração de respostas eficazes, que resulta em prol da credibilidade da Instituição e em benefício dos cidadãos.

Colaboração da DGAM



CENTENÁRIO DA MARINHA NO ALFEITE

Marinha celebra os 100 anos da entrega das “Sete Quintas” para a construção da Base Naval de Lisboa

Em cerimónia militar realizada no dia 25 de junho de 2018, na Base Naval de Lisboa (BNL), no Alfeite, presidida pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, Dr. Marcos Perestrello, presenciada pelo Almirantado, pelo Embaixador da Alemanha em Portugal, por representantes das autarquias vizinhas de Almada e Seixal, da Comissão de Defesa Nacional da AR, dos outros Ramos das FA, e das unidades implantadas no Alfeite, a Marinha celebrou o Decreto de 8 de junho de 1918 em que lhe foram entregues o Palácio Real do Alfeite e terrenos anexos, para a construção do novo Arsenal da Marinha que seria transferido da Ribeira das Naus e que daria posteriormente lugar à BNL.

Às honras militares prestadas pelas forças em parada, com salvas de artilharia disparadas pelo NRP *Viana do Castelo* que se encontrava fundeado na bacia do Alfeite, seguiu-se uma cerimónia de imposição de condecorações, discursos do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional e do Secretário de Estado da Defesa e um desfile militar abrihantado pela Banda da Armada.

O palácio, construído em 1758 e recuperado em 1859 por iniciativa do Rei D. Pedro V, foi residência de veraneio e lazer da Família Real até à implantação da República. Foi, aliás, muito frequentado por D. Carlos, de que se dizia que estava “nas suas sete quintas” (eram sete as quintas do Real Sítio do Alfeite), quando para ali ia à caça. Era no jardim que, por vezes, se efetuavam pequenos piqueniques para convidados restritos, que desembarcavam numa ponte-cais existente em frente ao palácio.

Para assinalar esta efeméride, a Marinha apresentou um jardim renovado em que presta homenagem a Dona Estefânia, mulher de Dom Pedro V.

O Palácio tem vindo a ser objeto de visita regular da Iniciativa Lisboa-Düsseldorf, que congrega personalidades com o propósito de desenvolver temas de interesse comum e atividades culturais e empresariais entre as duas cidades.

Dando-se a feliz coincidência de D. Estefânia ser muito estimada pelos habitantes de Düsseldorf, cidade onde passou a sua juventude e de onde partiu para casar com o Rei D. Pedro V, dois dos promotores da Iniciativa encontraram na recuperação do jardim do Palácio uma forma de homenagear a Princesa Stephanie von Hohenzollern-Sigmaringen e Rainha Dona Estefânia de Portugal.

Em reconhecimento por este gesto de filantropia e de grande empenhamento pessoal, que muito contribuiu para a recuperação deste relevante património histórico à guarda da Marinha, mas também para o brilho das celebrações do centenário da Marinha no Alfeite, foram condecorados com a medalha naval de Vasco da Gama o Dr. Carlos Quintas e o Eng^o Klaus Nagel.

A celebração terminou com uma visita ao jardim, onde foi servido um almoço que teve como prato principal o tradicional

Bacalhau à Brás, prato tradicional nas cerimónias navais, servido pelo pessoal da BNL, com um acompanhamento musical do Sargento Músico Nuno Silva Riso ao saxofone.

CTT lança postal comemorativo

A data foi também assinalada com a emissão do Inteiro Postal pelos CTT, cuja cerimónia de entrada em circulação se realizou no Salão Nobre do palácio, na presença do Presidente do Conselho de Administração dos CTT, Professor Doutor António Gomes Mota, também ele com importantes laços familiares à Marinha.

A BNL garante a segurança e o apoio logístico das Unidades Navais atracadas e das Unidades e Organismos sediados no perímetro do Alfeite.

Neste âmbito, assegura as operações portuárias, a manutenção de infraestruturas, a gestão do parque arbóreo e dos espaços verdes, o fornecimento de combustíveis, água e eletricidade, a receção e o tratamento de resíduos, o apoio a emergências, o controlo de acessos, a gestão do trânsito e estacionamento de viaturas, a oferta de alojamento e alimentação, e um sem número de ações que facilitam a atividade diária das unidades localizadas no seu perímetro.

A BNL tem-se adaptado ao longo das décadas às necessidades evolutivas dos seus utentes, constituindo-se como o verdadeiro porto seguro das unidades operacionais da Marinha – sejam unidades navais, de fuzileiros ou de mergulhadores –, albergando também as escolas, o estaleiro, as direções técnicas e de abastecimento, entre outras. A divisa inscrita no brasão, “CARPENT TUA POMA NAVES” (“os navios colherão os teus frutos”), vem, desde a sua criação, guiando a ação discreta, mas determinante, das suas guarnições, fiéis à nobre missão de prestar apoio logístico às unidades navais.

Os números falam por si: com uma área total de 400 hectares e um perímetro murado de 8 quilómetros, a BNL faz fronteira com os concelhos de Almada, Seixal e Lisboa e alberga 26 unidades em terra, da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional, e 4 organismos externos. Pelos seus portões passam diariamente 8000 pessoas e 5000 viaturas, que utilizam os 12 quilómetros de estradas principais. A infraestrutura portuária – razão de ser da sua existência – possui 2 500 metros de frente de cais, dotados de defensas, pontões, pranchas, abastecimento de energia, água e combustível, e receção de esgotos, realizando cerca de 1000 manobras de navios por ano. As suas messes servem cerca de 40 000 refeições por mês e oferecem 640 camas para militares.

Em resultado da sua natureza territorial, a BNL mantém relações privilegiadas de proximidade com os municípios limítrofes e com o seu tecido empresarial, constituindo-se como um motor de desenvolvimento económico e de agregação de valor.



Colaboração do **COMANDO DA BASE NAVAL DE LISBOA**

O PATRIMÓNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO

OS PRINCÍPIOS E O REGIME – Parte 1

ENQUADRAMENTO

É indesmentível que a problemática do património cultural subaquático (PCS), pelo seu inerente interesse histórico prioritário para as Nações, ganhou relevância primordial com o início de vigência da Convenção de Montego Bay, bastando atentar, no caso Português, no que se preceitua no ponto 6), do artigo 2º, do Decreto do Presidente da República nº 67-A/97, de 14 de Outubro, que procedeu à sua ratificação, e que igualmente consta do articulado do Aviso nº 81/98, de 21 de Abril, que integra as declarações relativas ao depósito do instrumento de ratificação na entidade competente das Nações Unidas. A linguagem da Convenção identifica esta matéria como sendo “*objectos arqueológicos e históricos achados no mar*”, definindo-lhe o regime estabelecido nos artigos 149º e 303º.

Sendo certo que o artigo 303º – e no aplicável o artigo 33º – da Convenção de Montego Bay tiveram uma importância de regime fundamental, as complexas questões do PCS encontram-se, em especial, reguladas na Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático, aprovada em Conferência Geral da UNESCO, em Paris, a 2 de Novembro de 2001, a qual foi aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia da República nº 51/2006, de 18 de Julho, e ratificada por Decreto do Presidente da República nº 65/2006, de 18 de Julho, tendo aprovado, nos termos do seu artigo 33º, um conjunto de Regras (36) relativas a intervenções sobre este património. Portugal foi o 7º País aderente à Convenção, em 21 de Setembro de 2006, tendo sido antecedido nesse acto pelo Panamá, Bulgária, Espanha, Nigéria, México e Lituânia.

Deve atentar-se no estabelecido na alínea a), do nº 1, do artigo 1º, da Convenção de Paris, cuja definição preceitua

que o PCS compreende “*todos os vestígios da existência do homem de carácter cultural, histórico ou arqueológico que se encontrem parcial ou totalmente, periódica ou continuamente, submersos há, pelo menos, 100 anos, nomeadamente: (...) ii) Navios, aeronaves e outros veículos, ou parte deles, a respectiva carga ou outro conteúdo, bem como o respectivo contexto arqueológico e natural;*”. Considerando o enquadramento preambular, e em especial o reconhecimento da importância do PCS “*enquanto parte integrante do património cultural da humanidade e elemento particularmente importante na história dos povos (...)*”, como pressupostos claramente assumidos pela Convenção, é relevante referir a salvaguarda expressa do princípio da cooperação entre Estados-Parte, estabelecido no nº 2, do artigo 2º, e que tem desenvolvimento normativo no artigo 19º.

O mencionado artigo 303º poderia, numa primeira análise, suscitar o seguinte: se é absolutamente necessário a *valia arqueológica e o carácter histórico* dos objectos achados no mar, designadamente devido à utilização do termo copulativo “e”, logo na redacção do nº 1 do preceito; ora, sendo uma questão discutida por vezes de forma apaixonada, reconhece-se na prática internacional a distinção entre o que, efectivamente, é relevante em termos arqueológicos, e os bens e achados que apenas possuem valia histórica, além de excluir dos regimes legalmente estabelecidos para aqueles últimos determinados objectos, áreas, conjuntos ou sítios. Como já antes defendemos em escritos anteriores, a utilização do termo “e” deverá, pois, ser entendida como enumeração de ambas as tipologias de objectos.

Como princípios basilares a observar nesta matéria, é significativo sublinhar, ainda em sede do referido artigo 2º, o seu nº 3, no qual se define que “*os Estados Partes*



preservarão o património cultural subaquático em benefício da humanidade, em conformidade com as disposições da presente Convenção.”, bem como o estatuído no nº 4 que estatui que “A preservação *in situ* do património cultural será considerada opção prioritária antes de ser autorizada ou iniciada qualquer intervenção sobre o património”. É o conjunto destes princípios que enquadra a matriz internacional reguladora do PCS.

O âmbito de análise que esteve na base do processo de discussão e aprovação da Convenção de Paris teve, na sua essência, uma questão central: os Estados que, histórica e culturalmente, seriam os originários dos bens e património em causa, e os Estados em cujos espaços marítimos todo aquele património se encontra submerso, numa relação que, nem sempre – em especial antes e durante o processo de discussão da Convenção – foi/é concordante. De facto, aquando do processo de discussão, estavam em causa, maioritariamente, dois grandes blocos quanto à percepção das questões do PCS: por um lado, os Estados que assumem o *princípio da imunidade soberana* que defendem que o património que se encontra submerso, e sobre o qual existem provas ou elementos suficientes – de tipologia histórico-cultural e/ou científica – que o identifiquem como navios/destroços e/ou carga daquele Estado, deve constituir sua propriedade; por outro, o conjunto de Estados que assumem a primazia do *património cultural e sua preservação* e que sustentam que qualquer navio/destroço, ainda que de Estado, encontrado em águas territoriais ou jurisdicionais de determinado País, é a este que compete pesquisar e defender, ainda que com a colaboração científica de outros, nomeadamente, como prioridade, o Estado identificado como de origem.

Outra questão muito controvertida, e de acrescido interesse em termos de análise jurídica, é a importância do *princípio da imunidade soberana* de navios de guerra, defendendo parte da doutrina – e alguns diplomas e regimes legais internos também¹ – que o princípio não é prejudicado pela passagem do tempo, nem pelo local em que o navio afundado se encontra. E uma das questões paralelas que se suscita é que muitas entidades privadas que se dedicam à “*exploração e pesquisa marítima*” defendem que os navios dos Séculos XVI a XVIII muitas vezes seguiam rotas em missões comerciais, transportando mercadoria privada, o que, em seu entendimento, afastaria a aplicabilidade do *princípio da imunidade soberana*.

Portugal, já na altura da discussão da Convenção, e consciente da sua posição histórica em termos do património cultural que está submerso em, pelo menos, dois oceanos, situava-se numa posição intermédia entre ambos os entendimentos, privilegiando, sempre, a defesa do património e sua preservação histórica. Alegava-se, aliás, por parte de Portugal, que no Brasil já haviam sido encontrados restos de naufrágios de navios portugueses da *carreira do Brasil* e que não tinham sido suscitadas, formalmente, pelo Estado Português, questões e reivindicações de propriedade, uma vez que o que se entendia estar em causa era a sua preservação; isto é, não deixa de ser uma peça histórica e culturalmente reconhecida como portuguesa, deve é, prioritariamente, ser recuperada e mantida em condições de boa preservação, ainda que com a colaboração conjunta dos Países e autoridades interessadas, na prossecução da defesa conjunta do seu interesse histórico e respectiva divulgação cultural. Até porque, cada vez mais devido aos avanços que a tecnologia e a ciência vêm permitindo aos especialistas, nesta matéria é importantíssimo conciliar os saberes e as técnicas de investigação e exploração subaquática, como vem sendo objecto e tema de acções² e reuniões internacionais.


ESPECIFICIDADES DO REGIME DO ARTIGO 303º

O preceito, incluído na Parte XVI da Convenção, é, de facto nuclear no quadro regulador da Convenção. O seu nº 2 cria, sem dúvida, uma presunção *juris et de jure* a favor do Estado costeiro³: não é, para tal, necessário, que se possua uma Zona Económica Exclusiva (ZEE), bastando que o Estado tenha definido uma Zona Contígua (ZC), sendo que Portugal expressou essa declaração no ponto 2) do Decreto do Presidente da República nº 67-A/97, estando este espaço regulado na Lei nº 34/2006, de 28 de Julho e, conjuntamente, no artigo 5º do Decreto-lei nº 43/2002, de 2 de Março. Deve entender-se, por extensão de compreensão, que aquele *dever de protecção* legitima os poderes do Estado costeiro, sendo que a criação de uma ZC terá que ser entendida como pressuposto de validação do exercício daquele *dever*.

A opção pelo articulado do nº 1, do artigo 303º, ao estatuir-se o termo “*no mar*”, permite concluir que se abrangem as situações em que os objectos sejam encontrados a flutuar à superfície ou os que se achem à deriva entre dois espaços marítimos. A pensar-se que o termo “*leito do mar*” pretenderia ser reduzido unicamente à sua componente mais literal, não faria sentido o vasto âmbito enunciado na epígrafe do preceito, assim como não se perceberia que o *dever de protecção* suprarreferido não fosse exercido em determinadas áreas, deixando-se as mesmas à livre intervenção e exploração dos interessados, o que não seria uma opção admissível.

Outras questões permitem uma análise jurídica ao regime do artigo 303º. Desde logo, sobre a terminologia jurídica usada. Estando o leito do mar submetido à regulamentação própria da Plataforma Continental (PC), da qual a ZC apenas constitui uma faixa, que tem como limite interno a orla exterior do Mar Territorial e limite exterior a linha de 188 milhas contadas desde aquela (ou para lá daquela em determinadas condições previstas no nº 5, do artigo 76º, da Convenção de Montego Bay, e se o artigo menciona, especificamente, a existência de uma ZC, será que cessam os deveres previstos no nº 1, e que na PC as empresas de pesquisa e exploração podem actuar livremente, se aquela não existir? Pode encontrar-se a linha de resposta no supramencionado artigo 149º da Convenção (embora na parte da *Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos* e na regulação da Área) porquanto este define um *dever genérico de protecção* algo homogéneo ao que se confere aos Estados costeiros nas ZC, e existe, claramente, uma coerência sistémica da Convenção. Assim, é inelutável concluir que, até se forem colocadas dúvidas sobre o posicionamento do achado – por exemplo entre o limite da ZC e o limite da Área – o princípio estatuído do *dever de protecção*, pela sua natureza intrínseca, aplicar-se-á sempre.

Mas as grandes questões de metodologia e avaliação jurídica estão, em especial, na Convenção de Paris, cujo regime aprofundaremos nas partes subseqüentes da presente matéria.


Dr. Luís da Costa Diogo
Diretor Jurídico da DGAM

Notas:

¹ Ver a Convenção de Genebra; e a Decisão do Presidente dos EUA, de 19 de Janeiro de 2001.

² Entre outras realizadas nos últimos anos, a “*Maritime Archaeology Conference*”, 7-8 Setembro, em Tóquio, organizada pela *World Academy of Science, Engineering and Technology (WASET)*, e a Conferência Internacional sobre Património Cultural e Histórico Subaquático, organizada, em Novembro de 2017, no Centro Cultural do Mindelo, Cabo Verde.

³ Avaliação que aprofundámos em “*Direito Internacional do Mar e temas de Direito Marítimo*”, bem como em palestras dadas no Instituto Superior Naval de Guerra.

A TRAGÉDIA DA FRAGATA D. MARIA II

ECOS NA IMPRENSA BRASILEIRA DA ÉPOCA

É bem verdade que o mundo está à distância de um teclado... A *internet*, não isenta de incorrecções ou mesmo riscos de diversa ordem, possibilita, actualmente, investigação séria e cómoda, em Arquivos de todo o mundo, sem o utilizador sair da sua confortável cadeira doméstica. Na investigação sobre o Médico Inspector Naval Herculano de Sá Correia, não só foi possível visitar a tragédia da D. Maria II mas também ter acesso a reflexos na imprensa brasileira da época, nomeadamente nos jornais O Brasil e Periódico dos Pobres.

A fragata “D. Maria II” era o navio mercante “Ásia”, comprado em Inglaterra em 1831 e armado em fragata em Belle Isle, em 1832, com 44 peças e uma guarnição prevista até 324 homens. Em 1832 e 1833 participou em diversas missões das forças liberais (incluindo a expedição dos bravos do Mindelo). Posteriormente, largou do reino para a Índia, por três vezes, com escala em Moçambique, como nau de viagem. Em 1846, saiu para o bloqueio do Porto, como navio-chefe. Em 1849, largou novamente para a Índia, como nau de viagem, também com escala em Moçambique. Em 29 de Outubro de 1850, em Macau (Taipa), a fragata, depois de salvar pelo aniversário de D. Fernando II, foi destruída pela explosão do paiol, que continha 300 barris de pólvora, tendo morrido 188 homens da guarnição, incluindo o Comandante. Escaparam 36 tripulantes que, motivos diversos, se encontravam em terra.

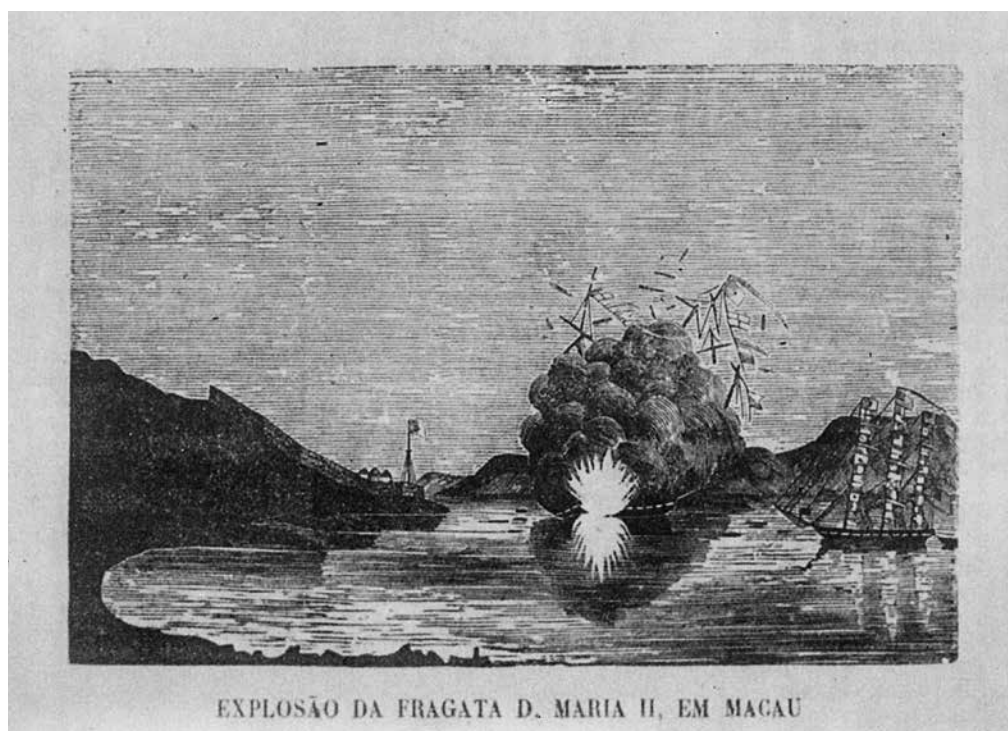
As primeiras notícias, imprecisas e contraditórias (local da tragédia, número, naturalidade e qualidade das vítimas), com suposta fonte em *jornaes estrangeiros*, começaram a surgir na imprensa portuguesa a 28 de Dezembro de 1850¹.

O Portal da Marinha regista,

além dos tripulantes, 3 marinheiros franceses presos a bordo e 40 chineses das embarcações que estavam atracadas ao navio ou que circulavam nas imediações². Outros opinam um número muito superior – entre os Chineses o cálculo nunca teria sido devidamente apurado, dado que o número de embarcações tradicionais nas imediações era grande.

As causas de tal tragédia nunca foram totalmente apuradas: vingança do fiel do paiol, homem aparentemente de mau carácter e alcoólico, ou uma acção levada a cabo por intermédio da organização secreta chinesa *Sociedade dos Rios e Lagos*, a mesma que teria estado por trás do assassinato, a 22 de Agosto de 1849, do Governador Ferreira de Amaral³?

Convido, sobre este tema, o estimado leitor a acompanhar-me na leitura do número 1719 do Jornal O Brasil, de 29 de Março de 1851, e do número 37 do Periódico dos Pobres (publicação do Rio do Janeiro), datado de 1 de Abril de 1851.





DR

officiaes, – perdeu a nação um importante vaso de guerra, – e ficaram ao desamparo muitas famílias. Se este desastre tivesse lugar em outro paiz, o governo d'este paiz, teria sem duvida cuidado em socorrer as infelizes famílias das victimas de tão grande desgraça. Seria uma grande reparação – um acto de justiça – acudir ao pae, esposa, irmã, ou mães do infeliz que pereceo no serviço da sua pátria, e que deixou a morrer de fome os seus infelizes parentes, a que servia de arrimo. – Mas nesta terra que podem esperar as desgraçadas famílias dos servidores do estado?²⁵ Resta com tudo a ultima taboia de salvação – para não morrerem ao desamparo esses desgraçados: – os socorros que decerto lhes prestará a Associação de Soccorro e o Monte Pio Geral da Marinha, – essa benemérita e philantropica sociedade que tanto tem concorrido para a sustentação das famílias dos officiaes de marinha.

N' O Brasil, na coluna do Exterior, regista-se:

– Pelo ultimo paquete veio a parte oficial do comandante da estação naval portugueza na China, relatando o desastre da fragata **D. Maria 2ª** – attribue-se á malvadez do fiel d'artilheria a destruição da fragata, em vingança de lhe ter o comandante Assis e Silva puchado pelas barbas em cima da tolda. A fragata tinha no paiol 300 barris de pólvora ou 600 arrobas; a explosão foi tremenda, escapando milagrosamente a corveta americana **Marion**, também ancorada na Taipa, e mui próxima da fragata. A artilheria da fragata passou entre os mastros da corveta, e os toldos ficaram como se tivesse chovido sangue! – Dos officiaes escaparam por se encontrarem em terra: o segundo tenente João Maria Celestino, o guarda marinho Adolpho Tavares, aspirante Assis e Silva (filho do comandante), o cirurgião Herculano de Sá Corrêa (natural do Maranhão)⁴ e o capelão Amara. Perecerão pela explosão: – O capitão tenente Francisco d'Assis e Silva, comandante da fragata, os segundos tenentes Placido José de Sousa (mediato da fragata), Francisco Xavier Telles de Mello, Luiz Maria Bordalo, Francisco Cyprianno dos Santos Rapozo, Usangy (da marinha de Gôa), o guarda marinha João Bernardo da Silva Pereira, o cirurgião Lucas de Aguiar, commisario Manuel Marques, mestre Joaquim Rodrigues Passos, contra-mestre João Puce, dois guardiões, dois carpinteiros, cinco officiaes marinheiros, vinte segundos marinheiros, quarenta primeiros grumetes, setenta segundos grumetes, três pagens, um sargento, três cabos, dois aspençadas e quinze soldados do batalhão naval. – O guarda marinha João Bernardo estava de quarto e foi morrer a bordo da corveta americana.

E remata:

Foi uma grande calamidade o desastre da fragata **D. Maria 2ª** – perdeu a marinha portugueza bons

officiaes de marinha.

Por sua vez, o Periódico, logo na primeira página, na coluna Notícias de Lisboa e Porto (correspondência particular) dá-nos conta⁶, em sintonia com o relato anterior:

As causas da catastrophe da fragata **D. Maria II**, foi segundo as versões que circulão, um artilheiro incorrigível, que tendo sido castigado por várias occasiões e tendo sido repreendido pouco antes do mesmo dia pelo commandante, jurara vingarse; estando allucinado por bebidas espirituosas, poz em pratica a sua horrível ameaça lançando fogo ao paiol. A tripulação da fragata compunha-se de 224 praças, das quais perecerão 188 na explosão. 33 ficaram tão gravemente feridos que só sobrevive-



ção 3. *Salvarão-se 33 indivíduos, a saber – o tenente João Maria Celestino, Innocencio Adolpho Tavares, Francisco d’Assis e Silva, Herculano de Sá Correia, cirurgião, A. M. N. Velho, commissario, J. F Marques, fiel de géneros; e de artilharia com 25 marinheiros.*

Já na segunda página, o jornal retoma o assunto, nos seguintes termos:

Transcrevemos do “Patriota” o esclarecimento seguinte ã⁷ cerca da explosão da fragata D. Maria II em Macáu:

Cópia de uma carta de Macáu datada de 24 de novembro de 1850

“Eu⁸ achava-me no dia 29 do mez passado a jantar com o Bispo, quando a explosão abalou todo o palácio⁹, ouvindo-se um estrondo como o de um forte tiro de canhão. Foi poucos momentos, olhando para a Taipa ou ancoradouro, conhecemos a causa e os tristes effeitos. Sahi logo, e fui dos primeiros a chegar à corveta americana, onde estavam os dez desgraçados salvos pelos escaleres della; e dos quaes vi morrer dois; soffrião todos horriavelmente. A corveta americana nada sofreu; julga-se que quem a salvou foi a proximidade em que se achava da fragata, por ficar exactamente debaixo do arco da corveta que descreveu a explosão. Peças de 18 voarão por cima da corveta, com a felicidade de não a tocarem. Disserão-me alguns Officiaes americanos que momentos antes da explosão viram a fragata a elevar-se quasi seis pés fóra d’água. Tal foi a resistencia que apresentou o paiol e a forte structura do navio.

“A causa desta grande desgraça, isto é, o modo como chegou o fogo ao paiol da polvora, ficará para sempre desconhecido. Os que sobreviverão, nenhum esclarecimento derão, e só dizem que estando cada um nos seus misteres, acordarão depois como de um letargo, já a bordo da corveta americana. Com tudo, entre as varias hypotheses que se lembrão, a mais provável parece a de ter sido lançado o fogo ao paiol pelo fiel de artilheria João Antonio, individuo de péssimo character e conducta, e que naquella mesmo dia fôra asperamente repreendido pelo comandante depois da salva ao meio dia. Embedava-se, e dizem que alguma vez soffrendo castigos, se lhe ouvirão ameaças deste successo.

“Seria cousa bem curiosa procurar a policia a origem de um boato que correu em Lisboa, da queima e perda da fragata, do qual se fazia menção em uma carta escripta dahi em agosto, pelo irmão do official Bordalo, e por este aqui recebida e mostrada. Esta circumstancia e notavel; talvez o malvado fiel a alguém para Portugal tivesse comunicado as suas damnadas intenções.

“Além da perda deste bello navio e de tantas vidas, havia talvez a bordo delle o valor de trinta a quarenta mil patacas em objectos e dinheiros dos officiaes e comissões.

“Particularmente me affectou a morte do Assis e do Bordalo. Naquella dia tinha o Assis tido o pensamento de jantarmos juntos a bordo da fragata, com o Siqueira Pinto, Guimaraes e outros; e por algum inconveniente que teve, tinha este jantar ficado para algum dos dias immediatos. Foi a providencia que nos salvou, pois provavelmente aquella hora por lá estaríamos, se lá tivéssemos ido jantar.

E o autor da missiva continua, sobre outro acontecimento na mesma colónia, que não resisto transcrever:

“Esta semana houve aqui outro acontecimento tambem desastroso. Um portuguez desta cidade casou-se; achou a noiva impura, e arrancou-lhe a confissão que o padrasto della era o culpado. Com toda a serenidade procurou a este na sua habitação, e disparou-lhe uma pistola n’um ouvido. deixando-o nas agonias da morte; sahio e na escada carregou outra vez a mesma pistola e deu outro tiro na sua propria cabeça, morrendo immediatamente.

E conclui:

*“Parece que esta terra esta agora fadada para desastres !!!”
Assim foi, é e será a natureza humana!*



Rui Pires de Carvalho
TCOR MED RES (EXE)

O autor dedica este artigo à memória do seu paciente e estimado amigo CALM Nunes da Silva.

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.

Notas:

¹ *Hontem espalhou-se uma noticia que tem causado profunda e geral consternação (...)* Há jornaes que a dizem occorrida em Macau, outros a referem como acontecendo em Calcutá, na India Inglesa. (...) - O Patriota, nº 1957, 28DEZ1850 - Hemeroteca Municipal de Lisboa. Relativamente à qualidade e nacionalidade, especulou-se que comandantes de outras embarcações, empregados públicos e alguns officiaes americanos teriam igualmente perecido, por estarem a bordo, o que foi gradualmente desmentido. N’O Patriota, nº 1958, de 30DEZ1850, é, inclusivamente, registado: *Por outras notícias parece que mesmo da fragata D. Maria alguém escapou;*

² Dados concordantes com o relatório do Comandante da Corveta D. João I (Isidoro Francisco Guimarães Júnior) para o Ministro da Marinha, no *Boletim Official de Macau*, datado de 25NOV1850, publicado n’O Patriota, nº 1982, de 30JAN1851 - Hemeroteca Municipal de Lisboa;

³ A sociedade teria subornado o fiel? Ver *temposdoriente.wordpress e macauantigo* (2);

⁴ Este e o filho do comandante por doença, sendo que Herculano de Sá Correia tinha baixado mesmo ao Hospital - Relatório do Comandante da Corveta D. João I, supramencionado;

⁵ Uma carta transcrita n’ O Patriota, nº 1982, de 30JAN1851 dá-nos conta da difícil situação das finanças do Governo de Macau, em particular: *se houvesse dinheiro para lhe dar dous meses de mantimentos a fragata já teria saído para Goa alguns dias antes (...)* O Governo de Macau não tem recursos alguns, e ninguém lhe fia nada, porque se sabe que em Lisboa senão pagam as suas letras(...);

⁶ Afigura tratar-se de uma reprodução do artigo d’O Patriota, nº 1978, 25JAN1851 - Hemeroteca Municipal de Lisboa;

⁷ Sic, no original

⁸ Autor não identificado, mesmo n’O Patriota. É possível excluir, pelo texto, o Comandante da Corveta D. João I. Carlos José Caldeira, no seu livro ‘Apontamentos de uma Viagem de Lisboa à China e da China a Lisboa’ conta a história nos mesmos moldes, afigurando-se ser o autor da missiva. Ver *hojemacau*;

⁹ Pelas 14h30 - Relatório do Comandante da Corveta D. João I, supra-mencionado;

Fontes:

Hemeroteca Municipal de Lisboa

O Patriota (FH90), N.ºs 1957, de 28DEZ1850, 1958, de 30DEZ1850, 1859, de 31DEZ1850, 1962, de 04JAN1851, 1978, 25JAN1851, 1982, de 30JAN1851, 1983,31JAN1851.

Internet

Arquivo Histórico da Marinha – PT/BCM-AH/NA /FRAGATA “D. MARIA II” <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=6002>

Portal da Marinha – Efeméride – Perda da Fragata D. Maria II www.marinha.pt/pt-pt/media-center/.../Efemeride-Perda-da-Fragata-D-Maria-II.aspx

<https://hojemacau.com.mo/2015/09/28/noticia-da-explosao-antes-de-la-ocorrer/>

<http://macauantigo.blogspot.pt/2009/06/explosao-da-fragata-d-maria-ii-em-1850.html> (1)

<http://macauantigo.blogspot.pt/2012/12/o-maior-desastre-naval-ultramarino.html> (2)

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bi-b=709697&pagfis=569&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

<https://nenotavaicontra.wordpress.com/tag/fragata-d-maria-ii/>

<https://temposdoriente.wordpress.com/2011/03/06/macau-1850-o-misterio-do-maior-desastre-naval-ultramarino-portugues-dos-ultimos-duzentos-anos-01-marco-11/#8230>

memoria.bn.br/docreader/WebIndex/WIPagina/709697/569

A MOEDA “CONCEIÇÃO DE PRATA”

Num período de elevada apreensão pela proximidade dum inevitável conflito que se previa determinante e de elevadas proporções, é cunhada em Portugal uma espécie monetária com características originais: a “Conceição de Prata”.

Ainda não tinham decorrido dez anos sobre a proclamação da independência face ao império Habsburgo. Viviam-se um período de paz, interrompido por diversos confrontos não decisivos, que todos sabiam provisório. Os terços espanhóis ocupados com a guerra dos trinta anos e com a contenção de sublevações nos domínios filipinos não tinham de imediato disponibilidade para corrigir “o vassalo rebelde” português D. João IV, Duque de Bragança. Sabia-se, no entanto, sem qualquer equívoco, que tal iria acontecer. Era uma questão de tempo. Esse tempo era precioso para organizar uma resistência à partida comprometida pela escassez de recursos militares, económicos e diplomáticos. Portugal contou de imediato com aliados nos inimigos de Filipe IV de Espanha. Estes, não obstante terem emparceirado no terreno europeu, não deixaram em muitos casos de se comportar como inimigos em domínios portugueses ultramarinos, ocupando-os. De qualquer forma, o espaço de tempo que decorreu até aos três confrontos militares decisivos de 1659, 1663 e 1665 permitiu estabelecer uma organização capaz de levar a bom termo a cessaçãõ pretendida.

Estamos em 1648 e em 1650, a meio duma relativa paz provisória cuja duração, conforme já referido, era no entanto imprevisível. O tratado de Vestefália tinha acabado de ser assinado pondo fim à Guerra dos Trinta Anos, mas o tratado dos Pirenéus¹, que libertaria o potencial militar espanhol, ainda tardaria, só vindo a ter lugar no final da década de cinquenta. Foi um espaço de tempo providencial de quase vinte anos que permitiu criar condições para a defesa. Compreensivelmente, a apreensão do lado português e do monarca D. João IV era mais do que justificadamente intensa. Todos os recursos materiais e morais foram mobilizados. Portugal, país católico, apesar de não ter então o apoio do Papa², no movimento de independência face a Espanha recorreu à sua cultura e aos seus valores imateriais. D. João IV proclama Nossa Senhora da Conceição como Padroeira do Reino, por decreto de 25 de maio de 1646. Surge no decurso desta ação uma manifestação extremamente original no domínio da Numismática e da Medalhística. São abertos nas referidas datas de 1648 e 1650 os cunhos de moedas que foram designadas por “Conceições”³ e

que são um misto entre moeda e medalha⁴, integrando ambos os conceitos. Conhecem-se atualmente apenas raros exemplares de prata. Tinham o valor nominal de 600 reis, o peso de 28,7 gramas e eram constituídas por uma liga de 916,6 milésimos o que equivalia a uma percentagem de aproximadamente 92% de prata pura, que era a liga de base usada em Portugal⁵. Existe a informação de que também foram feitos com cunhos idênticos exemplares de ouro, com o valor de 12.000 reis, mas atualmente não se conhece nenhum.

Outro aspeto particular desta moeda é o facto de ter sido em Portugal o segundo caso de cunhagem mecânica⁶. Isso explica a qualidade da sua impressão comparativamente com outras moedas contemporâneas. O primeiro caso ocorrera menos de cem anos antes, no reinado de D. Sebastião, com uma máquina inventada por João Gonçalves e que ficou conhecida como *Engenhoso*.



No anverso apresenta as armas do Reino sobre a cruz de Cristo e coroadas, rodeadas pela inscrição *IOANNES IIII D G PORTUGALIAE ET ALGARBIAE REX*.

No reverso, circundando a imagem de Nossa Senhora da Conceição, de frente sobre a meia lua que se sobrepõe ao globo no qual se enrola serpente, os atributos pela qual é invocada: à direita o espelho, a arca do santuário e a fonte selada; à esquerda o sol, a casa de ouro e o horto concluso. A inscrição *REGNI TVTELARIS* envolve toda a temática do reverso.

Menezes Cordeiro
CALM MN

Notas:

¹ O tratado de Vestefália, assinado em 24 de Outubro de 1648, em Osnabrück, pôs fim ao conflito entre a França e a Suécia e entre estes dois países e o Sacro Império apoiado pela Espanha. O Tratado dos Pirenéus, assinado em 1659, pôs termo à guerra entre a França e a Espanha.

² Joaquim Veríssimo Serrão. *História de Portugal, Vol. V*, Editorial Verbo. Lisboa 1982, p.70.

³ Alberto Gomes, *Moedas Portuguesas e do Território que Hoje é Portugal*, Associação Numismática de Portugal, Lisboa 2013, p. 267.

⁴ A moeda define-se como instrumento intermediário de aceitação geral, para ser recebido em contrapartida da cessão de um bem e entregue na aquisição de outro bem.

A medalha define-se como peça de metal forjada em memória de um feito glorioso ou em honra de uma pessoa ilustre.

⁵ Mário Gomes Marques, *Introdução à Numismática*, Publicações Dom Quixote, Lisboa 1982, p. 60.

⁶ Francisco António Mendes Magro, *História monetária do período de 1640 a 1820*, in *História de Portugal*, volume 5, Dir. José Hermano Saraiva, Lisboa, Publicações Alfa, 1983, pp. 276-277.

ENTREGAS DE COMANDO/TOMADAS DE POSSE

DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO HIDROGRÁFICO

No passado dia 2 de julho o CALM Carlos Ventura Soares tomou posse como Diretor-geral do Instituto Hidrográfico (IH), em substituição do CALM António Coelho Cândido. A cerimónia, presidida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, Almirante Mendes Calado, contou com a presença de dirigentes e representantes de organismos públicos, estabelecimentos de ensino superior e centros de Investigação, bem como de oficiais generais e militares, militarizados e civis do IH.

Na cerimónia, realizada no Salão Nobre do Instituto Hidrográfico, foi imposta pelo Almirante Mendes Calado, a Medalha Militar de serviços distintos – grau ouro ao CALM Coelho Cândido.

No seu discurso, o CALM Ventura Soares destacou as características específicas do IH, onde a estrutura operacional de cariz militar se funde com as capacidades técnico-científicas, numa aproximação multidisciplinar, permitindo encarar, com solidez, as suas responsabilidades na área do mapeamento do Mar Português, na monitorização do meio marinho e no apoio às operações navais, marítimas e de suporte da Marinha à proteção civil



através do Centro Meteorológico e Oceanográfico Naval. Referiu ainda a importância dos navios hidrográficos da Marinha para a consecução destes e outros objetivos, concretizando a visão assumida para o IH: “ser um centro de referência no conhecimento e na investigação do Mar”.

O CALM Carlos Ventura Soares nasceu em Moçambique em 1963, tendo-se alistado na Marinha em 1981.

Foi oficial imediato dos NRP *Bacamarte* e *Limpopo* e oficial de guarnição do NRP *Almeida Carvalho*. Exerceu ainda o Comando do Agrupamento dos Navios Hidrográficos em 2004/2006.

No IH prestou serviço na Brigada Hidrográfica Nº 2, na Divisão de Oceanografia, da qual foi chefe entre 2001 e 2005, e na Escola de Hidrografia e Oceanografia como Diretor Técnico-pedagógico em 2006. Foi Diretor Técnico de 2006 a 2012 e Diretor de Documentação, cumulativamente com as funções de adjunto do Diretor-geral, de 2013 a 2014.

Acumulou as funções de Diretor de Faróis com as de Diretor do Instituto

de Socorros a Náufragos em 2014/2015, tendo permanecido como Diretor de Faróis até 2016, quando foi promovido a oficial general e assumiu os cargos de subdiretor-geral da Autoridade Marítima e 2º Comandante da Polícia Marítima até junho de 2018.

Frequentou o Curso de Especialização de Oficiais em Hidrografia e o Curso de Engenheiro Hidrógrafo na *Naval Postgraduate School*, Monterey, EUA, obtendo aí o mestrado em oceanografia física. Frequentou ainda o Curso Geral Naval de Guerra, o Curso Complementar Naval de Guerra, o Curso de Defesa Nacional e o Curso de Promoção a Oficial General.

É membro da Academia de Marinha, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Ordem dos Engenheiros e da Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional.

SUBCHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

No dia 29 de maio, o COM Soares Ribeiro tomou posse como Subchefe do Estado-Maior da Armada (SUBCEMA). A cerimónia, que decorreu na Biblioteca do Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada, foi presidida pelo Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada (Vice-CEMA), VALM Novo Palma, tendo contado com a presença de diversos oficiais generais, bem como de outros oficiais, sargentos, praças e civis.

No seu discurso de tomada de posse, o COM Soares Ribeiro manifestou a intenção de se empenhar de forma ativa na manutenção de relações de cooperação leais e autênticas, pautadas pela confiança e rigor. Na ocasião, expressou, ainda, o objetivo de reforçar a cooperação transversal com todos os setores da Marinha e com a Autoridade Marítima Nacional. Para esse efeito, considerou fundamental a atividade do Grupo Executivo Permanente, órgão de coordenação intersetorial essencial para a promoção de dinâmicas de resolução positivas, com a identificação de soluções inovadoras.

Revelou, igualmente, o propósito de manter e, se possível, incrementar as relações interagências com caráter de coopera-



Foto: SAJ A Ferreira Dias

ção, balizadas por relações de confiança, tendo como referencial o serviço público baseado, preferencialmente, na reciprocidade e no cumprimento eficiente e eficaz das respetivas missões.

A cerimónia terminou com o VALM Vice-CEMA a sublinhar as elevadas qualidades pessoais e profissionais do COM Soares Ribeiro e a reiterar a confiança nele depositada para o exercício das exigentes funções inerentes ao desempenho do cargo de SUBCEMA.

O Comodoro Aníbal Júlio Maurício Soares Ribeiro nasceu em 1963 e serve como Oficial de Marinha há 32 anos.

Foi promovido ao seu atual posto em 22 de novembro de 2016. Admitido na Escola Naval em 1981, concluiu a licenciatura em Ciências Militares Navais, ramo Marinha – Oceanologia, em 1986. Especializado em Armas Submarinas, possui ainda o Curso Geral Naval de Guerra e o Curso de Promoção a Oficial General.

No mar, prestou serviço a bordo do NRP *Comandante João Belo* como Chefe dos Serviços de Navegação e Informações em Combate, desempenhou as funções de Oficial Imediato do NRP *Zambeze*, bem como as funções de Chefe do Serviço de Armas Submarinas e Adjunto do Imediato para a Gestão do Pessoal no NRP *Comandante Hermenegildo Capelo*. Foi Oficial Imediato do NRP *Polar*, veleiro de instrução para Cadetes da Escola Naval, comandou os NRP *Save* e *Zambeze* e foi, ainda, Oficial Imediato do

NRP *Comandante Hermenegildo Capelo*. Exerceu as funções de Chefe do Estado-Maior do Comandante da Força de Reação Imediata e de Chefe do Estado-Maior do Comandante da Força Naval Portuguesa.

Em terra, foi Comandante da 1ª e da 2ª Companhias de Cadetes da Escola Naval, Ajudante de Ordens do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, prestou serviço no Estado-Maior do Comandante Naval, durante quatro anos, os dois primeiros como Chefe da Secção de Subsuperfície da Divisão de Operações e os dois últimos como Chefe da Divisão de Informações. De 2004 a 2007, prestou serviço no Quartel-General do *Supreme Allied Commander for Transformation*, em Norfolk, EUA. Comandou a Unidade de Apoio às Instalações Centrais da Marinha, foi Diretor da Célula Permanente da EUROMARFOR e 2º Comandante da Escola Naval. Como oficial general desempenhou as funções de Diretor de Formação e de Diretor de Pessoal.

DIRETOR DE PESSOAL

Presidida pelo VCEMA e SP, VALM Novo Palma, realizou-se no passado dia 29 de maio, na sala Lusíada, nas Instalações Navais de Alcântara, a cerimónia de tomada de posse do Diretor de Pessoal, o CMG Machado da Silva.

Após leitura da Ordem com o despacho de nomeação e o louvor concedido ao diretor cessante, COM Soares Ribeiro, o empossado usou da palavra, agradecendo a confiança em si depositada, e sublinhou o contexto desafiante e motivante das funções no atual quadro de constrangimentos dos últimos anos, que se traduziu numa redução de efetivos, que afeta a componente operacional e o desenvolvimento de carreiras e a inerente motivação dos recursos humanos. Evocou a visão para o setor pessoal “Atrair as pessoas, valorizar as carreiras e capacitar a inovação e a mudança na Marinha” e os referenciais extraídos da mesma para a sua atuação. Exortou a guarnição da DP para consigo seguirem o rumo por si traçado para o cumprimento dos objetivos estabelecidos, dando continuidade ao trabalho em curso.

Na sua alocução, o VALM VCEMA e SP mencionou o desempenho do diretor cessante, exposto no louvor que lhe concedeu,



felicitou o novo diretor, referindo o reconhecimento das suas qualidades e competências para a exigência das novas funções, relevou os princípios de atuação do setor, elencando as áreas que considera merecer atenção prioritária, para o cumprimento da visão da Marinha e partilhou uma mensagem de confiança e esperança no futuro.

O CMG Miguel Nuno Pereira de Matos Machado da Silva nasceu em Lisboa e foi promovido ao atual posto em 19 de setembro de 2008. Possui a Licenciatura em Ciências Militares Navais, é especializado em comunicações e, entre diversos cursos nacionais e estrangeiros, está habilitado com o Mestrado em Comportamento Organizacional, ministrado no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, e com o Curso de Promoção a Oficial General (CPOG).

Prestou serviço em diversas unidades, nomeadamente como Chefe de serviço a bordo, e foi comandante dos NRP *Mandovi* e NRP *Zambeze* (1995-1996) e do NRP *Polar* (2002-2003) e exerceu funções de docente de comportamento organizacional (professor efetivo), diretor de curso e chefe do gabinete de psicologia da EN, no período 1997-2003. Entre 2003 e 2006 desempenhou funções como *Military Cooperation Staff Officer* junto da NATO, no *Allied Component Command Land Madrid*.

Entre setembro de 2006 e junho de 2007 desempenhou as funções de Adjunto de Marinha do CEMGFA, e de julho de 2007 a fevereiro de 2010 foi Comandante do Corpo de Alunos da Escola Naval. De março de 2010 a novembro de 2012 foi Chefe da Divisão de Recursos do EMA e de abril de 2013 a novembro de 2015 Chefe da Repartição de Efetivos e Registos da DSP. Após frequência do CPOG, desempenhou o cargo de 2º Comandante da EN de agosto de 2016 a maio de 2018.

Da sua folha de serviços constam diversos louvores e condecorações, e é autor de vários estudos e artigos de opinião sobre Comportamento Organizacional e Liderança, publicados em revistas da especialidade, mantendo sobre essas temáticas uma atividade de conferencista.

É casado com D. Maria Filomena da Silva Costa Machado da Silva. Têm uma filha Susana (1988) e um filho André (1992).

COMANDANTE DO NRP VIANA DO CASTELO

No passado dia 25 de maio, decorreu a bordo a cerimónia de entrega de comando do NRP *Viana do Castelo*, na Base Naval de Lisboa, no Alfeite, a bordo do navio e foi presidida pelo Comandante Naval, VALM Gouveia e Melo. Assistiram à cerimónia diversas entidades da Marinha bem como convidados civis.

O Comandante cessante, CTEN Madaleno Galocha, na sua intervenção, sintetizou o período intenso e de muito exigente atividade operacional, bem como o sucesso do primeiro projeto de manutenção planeada, da classe *Viana do Castelo* realizado pelo Arsenal do Alfeite, S.A., considerando-se pelas circunstâncias e pelo contexto, um período exigente, mas em que os trabalhos planeados foram concretizados e a fita de tempo foi cumprida.

A nova Comandante, CTEN Vânia Carvalho, cuja história recordará com sendo a primeira mulher a comandar um navio patrulha oceânico da Marinha Portuguesa, efetuou uma alocução referindo que foi com enorme satisfação e particular orgulho que foi indigitada para assumir o comando do NRP *Viana do Castelo*. Referiu, ainda, que tudo fará para cumprir as missões atribuídas com “...*rigor, dedicação, responsabilidade e profissionalismo...*”.



No final, o Comandante Naval salientou a importância desta classe de navios para a Marinha e o seu contributo para o cumprimento dos interesses de Portugal no mar, apelando à vontade de bem servir no mar com brio, mestria e eficácia.

A CTEN Vânia Filipa Guerreiro de Carvalho ingressou na Escola Naval em 1997, tendo concluído em 2002 o curso de Ciências Militares Navais, classe de Marinha.

Em 1 de outubro de 2002, foi promovida ao posto de Guarda-marinha. Prestou serviço no NRP *Afonso Cerqueira*, de 2002 a 2005, onde exerceu as funções de Chefe do Serviço de Navegação, Chefe do Serviço de Comunicações e Adjunta do Oficial Imediato para a Gestão do Pessoal. De 2005 a 2006, esteve na Direção de Navios para acompanhar o projeto de construção do NRP *Viana do Castelo*. Em outubro de 2006 destacou para a Escola de Tecnologias Navais – Departamento de Operações, onde chefiou o Gabinete de Navegação.

No ano letivo 2007/2008 frequentou o Curso de Especialização em Hidrografia e Oceanografia. Posteriormente assumiu as funções de adjunta do Chefe da Engenharia Oceanográfica – Divisão de Oceanografia no Instituto Hidrográfico, onde prestou serviço até setembro de 2013. Das diversas missões efetuadas destaca-se a sua participação na “Campanha Antártica” (missão hidro-oceanográfica), a convite da Marinha do Uruguai.

Frequentou o CPOS no ano letivo 2013/2014, tendo sido promovida ao atual posto em outubro de 2014. Prestou serviço no IH, desde junho de 2014, como Adjunta do Chefe da Engenharia Oceanográfica, tendo destacado para o Comando Naval, em junho de 2015, para exercer funções de Chefe da Secção de Logística Operacional.

NOTÍCIAS

CONDECORAÇÃO DO ALMIRANTE CEMGFA

No dia 11 de maio, o Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, condecorou o Almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis, em cerimónia oficial no Palácio de Belém, que contou com a presença de várias entidades militares e civis.

Na mesma ocasião, foram ainda agraciados duas personalidades e uma instituição:

- Major-General Henrique António Nascimento Garcia, com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada;
- Dr. Bernardino Carmo Gomes, a título póstumo, como Grande-Oficial da Ordem da Liberdade, tendo recebido as insígnias a viúva do homenageado, Dra. Maria Renée Gomes;
- Província Portuguesa da Ordem Dos Franciscanos, Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique, tendo recebido as insígnias o Provincial dos Observantes, Frei Armindo de Jesus Ferreira Carvalho.



Foto: Presidência da República Portuguesa

VISITA DO MINISTRO DA DEFESA NACIONAL A ANGOLA



No período de 12 a 18 de maio, o Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. Azeredo Lopes, realizou uma visita oficial e de trabalho à República de Angola, no âmbito da 17.ª Reunião da Comissão Mista Angola-Portugal no domínio da Defesa. Nesta visita, iniciada um mês após a publicação da nova Diretiva para a Ação Externa da Defesa Nacional, o Ministro da Defesa fez-se acompanhar pelos Generais Chefes do Estado-Maior da Força Aérea e do Exército, pelo VALM Comandante Naval e pelo Diretor Geral de Política de Defesa Nacional, entre outros assessores e conselheiros.

À chegada a Luanda, ao início da noite de 12 de maio, a comitiva foi recebida pelo Embaixador de Portugal em Luanda, pelo Adido de Defesa e pelos Diretores de Projeto da Cooperação Técnico Militar (CTM) em Angola.

No dia 14 de maio, o Ministro da Defesa Nacional visitou a Residência da Cooperação, em Luanda, tendo assistido a apresentações sobre a atividade dos diversos projetos e subprojectos e, durante o almoço que se seguiu, assinalou os 25 anos de Cooperação Técnico Militar com Angola, destacando a importância deste instrumento da política externa portuguesa.

Em 15 de maio PM, o Ministro da Defesa Nacional visitou a Academia Naval de Angola, situada na Base Naval de Luanda, tendo assistido a uma apresentação efetuada pelo VALM Comandante da Academia Naval, a que se seguiu uma visita às instalações.

Para esta Academia, implementada em 2011 e que atualmente possui 4 assessores permanentes e 3 assessores temporários, responsáveis por lecionar 26% dos tempos letivos, é extremamente importante a realização do Estágio de Longa Duração, efetuado em Portugal pelos cadetes do 5º ano da Academia Naval.

No dia 16 de maio, em visita ao Lobito, houve oportunidade para uma troca de impressões com o Assessor Permanente de Marinha que desenvolve ações de cooperação com a Escola de Especialistas Navais localizada nos arredores desta cidade.

O dia 17 de maio ficou marcado pela assinatura do novo Programa Quadro para a Cooperação no Domínio da Defesa com Angola, para o período 2018-2021, que engloba cinco Projetos, prevendo, pela primeira vez, cooperação na área da Ciberdefesa.

No último dia em Angola, o Ministro da Defesa Nacional teve ainda oportunidade de visitar a Escola de Fuzileiros Navais, localizada no Ambriz. Assistiu às palestras proferidas pelo Comandante daquela unidade e pelo 2º Comandante da Brigada de Fuzileiros Navais sobre as atividades desenvolvidas por estes militares angolanos e que contam com a assessoria permanente portuguesa de um oficial fuzileiro português localizado nesta zona. A visita terminou com uma demonstração de uma ação tática de uma patrulha ribeirinha, tendo a comitiva posteriormente regressado a Luanda para seguir viagem para Lisboa.

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA RECEBE NÚCLEO DE RADIOAMADORES DA ARMADA



Em visita de apresentação de cumprimentos, no passado dia 19 de abril, uma delegação do Núcleo de Radioamadores da Armada – NRA, composta pelo Presidente da Direção, MAR CE José Rafael Costa, SMOR CE António Gamito e o SCH ETC Nobre Mela, foi recebida em audiência pelo Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, a quem apresentou cumprimentos.

Além do propósito da visita, foram abordados vários assuntos relacionados com o Núcleo, nomeadamente sobre o seu passado, presente e perspetivas futuras. É-nos grato poder salientar o particular interesse com que o Almirante seguiu as explicações acerca das realizações do NRA, bem como sobre alguns aspetos específicos da sua atividade radioamadorística e eventuais dificuldades logísticas essenciais à sua sobrevivência.

As ativações promovidas através das suas estações a bordo da fragata *D. Fernando II e Glória* e do submarino *Barracuda*, nos faróis e farolins do Continente e arquipélago dos Açores, constituíram motivo de enaltecimento pelo contributo na divulgação do nosso património naval, seja na vertente arquitetónica seja na vertente histórica e cultural naval.

Foi igualmente referido o próximo grande evento, a promover pelo Núcleo, relacionado com a evocação da antiga Rede



Foto: SAI A. Ferreira Dias

Radiotelegráfica da Armada, a primeira e única, até à presente data, rede de radiocomunicações com caráter estrategicamente nacional.

Outro aspeto também abordado e que igualmente mereceu aprovação e interesse por parte do nosso anfitrião, foi o enquadramento do NRA no universo de Núcleos similares existentes nas Marinhas europeias e muito particularmente a próxima edição do *International Naval Contest*, o qual este ano ocorrerá em 8 e 9 de dezembro, e uma vez mais, por rotação, cabe à Marinha Portuguesa, através do NRA, organizar e conduzir.

DIA DA ESQUADRILHA DE SUBSUPERFÍCIE



Realizou-se no dia 21 de abril a comemoração do Dia da Esquadilha de Subsuperfície (ES) dirigido a todos os mergulhadores e submarinistas no ativo, reserva e reforma, mas também aos seus familiares e amigos.

O Museu da ES e a sala de minas e engenhos explosivos da Escola de Mergulhadores estiveram abertos a visitas, assim como o hangar do Serviço de Mergulho, com uma exposição estática das capacidades operacionais dos Destacamentos de Mergulhadores Sapadores. Estiveram ainda patentes equipamentos dos submarinos das Classes *Tridente* e *Albacora* e também uma exposição do espólio fotográfico do Museu de Marinha relativo aos antigos submarinos.

Os batismos de mergulho, o parque insuflável para crianças, a degustação de vinhos alentejanos, bem como a exibição de fotos antigas e atuais alusivas às atividades diárias de submarinistas e mergulhadores, completaram o leque de atividades deste dia especial.

O almoço-convívio, que contou com a presença de mais de 160 participantes, realizou-se na Messe de Praças da BNL, envolto num espírito de partilha e sã camaradagem. No final do almoço, e após umas breves palavras aos participantes, o Comandante da ES, CMG Silva Gouveia, ofereceu uma lembrança ao mergulhador e submarinista especializados há mais tempo, encerrando assim as comemorações do Dia da Esquadilha de Subsuperfície 2018.

EMBARQUE DOS ADIDOS E AUDITORES CPOG/CEMC DEMONSTRAÇÃO NAVAL



No dia 26 de abril, a Força Naval Portuguesa (FNP) realizou uma demonstração naval no âmbito do embarque dos adidos de defesa e militares acreditados em Portugal e dos auditores do Curso de Promoção a Oficial General (CPOG) e do Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC).

Esta demonstração contou com a participação do NRP *Corte Real*, do NRP *Bérrio*, do NRP *João Roby*, do NRP *Pégaso* e de um helicóptero *Lynx* MK95, tendo os adidos de defesa e auditores do CPOG embarcado no NRP *Corte Real* e os auditores do CEMC embarcado no NRP *Bérrio*.

A visita foi acompanhada pelo Comandante Naval, VALM Gouveia e Melo, e pelo Comandante da Força Naval Portuguesa, CMG Pessoa Arroiteia, embarcados na fragata *Corte Real*.

O programa da visita e embarque iniciou-se com uma apresentação sobre as capacidades da Força Naval Portuguesa, dada pelo Comandante da FNP, seguindo-se um programa de seriado de operações navais que incluiu um exercício de defesa contra

ameaça assimétrica de superfície, operações de reabastecimento pelo método NATO-B e um exercício de abordagem, que terminou com a inserção de uma equipa de fuzileiros a bordo do NRP *Bérrio*, pelo método *fast-rope*.

Foi ainda proporcionada aos visitantes a possibilidade de almoçarem a bordo, bem como de visitarem os seus principais centros de comando e controlo e de assistirem a exercícios internos, em ambiente de defesa aérea e na área de limitação de avarias (combate a incêndios).

Este embarque de representantes militares de nações amigas e dos auditores, que irão em breve assumir responsabilidades de chefia no seio das Forças Armadas, constituiu uma valiosa oportunidade para demonstrar um conjunto de valências e capacidades da FNP, permitindo igualmente o contacto com a realidade a bordo, incluindo as implicações dos fatores ambientais à condução das operações.

ESCOLA DE FUZILEIROS | 57º ANIVERSÁRIO

Comemorou-se no dia 4 de junho o 57º aniversário da Escola de Fuzileiros, sendo a data assinalada nesta unidade com a realização de um seminário alusivo ao tema “Novos Desafios à Formação”.

O seminário foi constituído por dois painéis, sendo o primeiro relativo à temática “A perspetiva de género na classe de Fuzileiros”, com a participação de diversos palestrantes e abordando temas como o “Enquadramento geral das mulheres na Marinha”, “Perspetiva de uma mulher em missão da ONU”, “Condições e impacto na formação de Fuzileiros” e “Aceitar, rejeitar ou prepararmo-nos”. Este painel contou ainda com a participação via videoconferência do Comandante da Força de Fuzileiros Lituânia 2018, CTEN FZ Esquetim Marques, e da militar, presente na missão, 1TEN AN Liliana Azevedo, abordando o tema “Emprego operacional – novos desafios aos comandantes”.

O segundo painel respeitou a temática da “Gestão do Esforço Físico” e contou com a presença de elementos de Marinha, do Exército (Comandos) e do Prof. Dr. José Augusto Santos, da Universidade do Porto. Os temas do segundo painel foram “*Human performance*”, “O que saber sobre a rabiomiólise”, “Novas medidas implementadas pelos Comandos”, “A exigência física nos cur-



sos de Fuzileiros” e os “Fatores de exposição durante o COEMAR”.

Teve ainda lugar um almoço de confraternização na messe geral da unidade, onde se fez ouvir o grito do Fuzileiro.

Estiveram presentes diversos representantes de unidades e órgãos da Marinha e do Corpo de Fuzileiros e o Comandante do Centro de Tropas Comando, Coronel Pipa Amorim.

DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO | 94º ANIVERSÁRIO



No passado dia 23 de maio a Direção de Abastecimento (DA) comemorou o seu 94º aniversário.

Esta data foi assinalada com a realização de algumas atividades lúdicas e desportivas abertas a toda a guarnição, e uma visita ao NRP *Bérrio*.

O culminar das festividades integradas no aniversário da DA ocorreu no dia 25 de maio, com um almoço-convívio realizado nas instalações do seu edifício sede, o qual contou com a presença de antigos Diretores do Abastecimento, alguns convidados e toda a guarnição.

Após esse agradável convívio, seguiu-se a entrega de prémios, o corte do bolo de aniversário e um brinde à DA e à Marinha.

DIA DO ESTAGIÁRIO

No dia do Estagiário, que se assinalou a 5 de junho, dos 116 estagiários que neste momento se encontram em contexto de trabalho nas diferentes unidades de Marinha, 95 disseram “Pronto” a esta iniciativa da Superintendência de Pessoal e da Direção de Formação,

O dia começou com a visita aos navios *João Roby* e *Vasco da Gama*, passou pelo simulador de navegação do Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval, a visita a alguns departamentos da Escola de Tecnologias Navais, e terminou na Escola de Fuzileiros com uma demonstração da equipa cinotécnica, a visita ao Museu do Fuzileiro e uma demonstração do armamento em uso.

O Futuro está aqui porque são estes os homens e mulheres que dentro ou fora das fileiras são alguns dos grandes protagonistas



do mundo de amanhã e a sua passagem pela Marinha constituirá sempre um ponto marcante na sua formação. A Marinha continua a dar cartas junto das escolas profissionais e de ensino superior, que, cada ano, nos têm procurado mais para solicitar estágios nas diferentes áreas, conscientes de que os conhecimentos e valores desta instituição poderão marcar a diferença.

III ENCONTRO DOS CLUBES DE ESTUDANTES DA AFCEA

Realizou-se no dia 25 de maio, na Escola Naval (EN), a 3ª edição deste encontro dirigido a estudantes e académicos, procurando criar sinergias entre as instituições da Defesa e Segurança, as empresas e os estudantes dos três clubes da AFCEA em Portugal, um dos quais é a EN. Além de representantes dos outros dois clubes, Covilhã (UBI) e Porto (FEUP), o evento contou ainda



com a presença de professores e alunos da Escola Superior Náutica Infante D. Henrique (ENIDH), representantes dos centros de investigação militares e responsáveis por projetos I&D na Defesa.

A Comunicação de abertura foi proferida pela Profª. Doutora Regina Salvador, da Universidade Nova de Lisboa, sobre o tema “Desafios e Oportunidades no Domínio Marítimo”.

Seguiu-se a comunicação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional do MDN, apresentada pelo CFR Luís Arsénio, e as apresentações dos clubes, focando as diversas atividades que têm sido desenvolvidas pelos alunos da EN, feita pelo CAD EN-AEL Francisco Santos Baptista; da Universidade da Beira Interior (UBI), a cargo do estudante Tiago Sanches; e da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), pelos estudantes André Ranito, Diogo Moreira e Pedro Rodrigues.

A mesa redonda, sobre o tema “Inovação e Oportunidades de Projetos para a Defesa e Segurança”, iniciou-se com a intervenção do Prof. Doutor Carvalho Rodrigues, a que se seguiu um Painel com várias empresas, onde foram desenvolvidos e debatidos a importância da inovação, a necessidade de atrair e reter talento e as competências requeridas no futuro.

CONVÍVIOS

JANTAR DOS PILÕES NAVAIS

No passado dia 10 de maio, os Pilões Navais reuniram-se no Clube Militar Naval para um jantar comemorativo destinado a assinalar o 107º aniversário do Instituto dos Pupilos do Exército.

O evento, presidido pelo CMG FZ Martins de Brito, contou com perto de dezena e meia de convivas, sendo de registar a curiosidade de ter decorrido exatamente na mesma sala e na mesma mesa onde os Pilões Navais se reuniram pela primeira vez há cerca de quinze anos.



COMPANHIA Nº10 DE FUZILEIROS

MOÇAMBIQUE 1971-1973 / 44º ENCONTRO

Um grupo de mais de oitenta participantes, *enquadrando* três dezenas de antigos membros da Companhia nº 10 de Fuzileiros, cumpriu em 13 de maio, com muita amizade, companheirismo e orgulho, o *dever* de manter ininterruptamente, desde 1975, a tradição do encontro anual daqueles militares e ex-militares. Desta vez, o local escolhido foi uma unidade hoteleira junto ao Mosteiro de Alcobaça.

No próximo ano o encontro decorrerá, como sempre, no mês de maio, na cidade de Vila Franca de Xira.

NÚCLEO DE MARINHEIROS DO CONCELHO DO ALANDROAL

Comemorou-se no dia 19 de maio, o XIII aniversário do Núcleo de Marinheiros do concelho do Alandroal e o VIII aniversário da Delegação de Fuzileiros de Juromenha/Elvas, nas Pirâmides de São Pedro, no Alandroal.

Além de familiares e amigos estiveram também presentes autarcas das Câmaras Municipais do Alandroal e de Elvas, Delegações de Fuzileiros de outras regiões do País e o Comandante da Escola de Fuzileiros, reunindo mais de cento e vinte convivas.

O próximo convívio ficou marcado para abril/maio de 2019, num local ainda a designar, no mesmo concelho. As Comissões Organizadoras agradecem aos que compareceram e faz votos para que no próximo ano sejam muitos mais.



VOLUNTÁRIOS DE 1980 | 38º ANIVERSÁRIO



Realizou-se em 20 de maio, no “Raia Café”, na Amora, o almoço-convívio comemorativo do 38º aniversário do ingresso na Armada dos Voluntários de 1980.

A comissão organizadora conseguiu reunir 34 “Filhos da Escola” em alegre confraternização, tendo-lhes permitido uma agradável viagem pela “estrada da memória”.

Após o corte do tradicional bolo de aniversário, ficou a intenção de, para o ano, começar a preparar a celebração, em 2020, do 40º aniversário, por forma a conseguir um número recorde de comparências.

Considera-se estender o convite às famílias de todos os camaradas que decidirem comparecer.



QUALIDADE • KNOW-HOW • SEGURANÇA



AMEAÇAS DO SECRETÁRIO

Quando o Vice-Rei da Índia se ausentava de Goa, em especial no decurso de expedições militares, os assuntos correntes da governação ficavam entregues ao Secretário do Governo que, através de mensageiros, ia mantendo o Governador ao corrente da situação.

Durante o mês de Fevereiro de 1695, o Vice-Rei da Índia, Pedro António de Noronha, 2º conde de Vila Verde, encontrava-se no Norte e o Secretário, Manuel Pereira Peres, mandara aprontar uma embarcação para ali seguir com avisos quando, no próprio dia previsto para a partida, e ainda sem ter a respectiva escolta militar embarcada, foi a embarcação tomada, na praia de Cola, onde se encontrava fundeada, por umas galvetas que, veio a saber-se depois, pertenciam a Qhema Saunto. Os poucos tripulantes embarcados, segundo o Secretário todos eles negros, aquando do ataque haviam fugido deitando-se ao mar e nadando para terra.

Resolveu então o Secretário escrever uma carta a Qhema Saunto, na qual afirmava que, se era verdade que tinha muita amizade com os portugueses, conforme apregoava, tinha agora oportunidade de o demonstrar, promovendo a entrega da embarcação tomada, juntamente com os seus pedreiros (peças de artilharia) e 20 mosquetes que se encontravam a bordo.

Referia ainda, na carta em questão, que Saunto não deveria procurar desculpas para não fazer a entrega, afirmando não ser o assalto da sua responsabilidade, mas sim de Sivagy, porquanto, mesmo que tivesse sido esse o caso, a Saunto não lhe faltaria o poder para fazer a entrega, ainda para mais conhecendo o valor e grande paixão do Vice-Rei que, muito certamente, iria empenhar todas as suas forças, apesar do risco, para assolar todas as suas terras.

Acrescentava ainda o Secretário o seguinte:

“Veja V^a. Senhoria se por tão pouco lhe convêm arriscar muito e que o Vice-Rei desconfie de V^a. Mercê porque, para onde ele se inclinar com o seu poder, há-de destruir tudo”.

A carta terminava com o aviso de que ele, Secretário, não iria avisar o Vice-Rei do sucedido enquanto não recebesse resposta à presente carta.

 Cmdt. E. Gomes

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

Nota: Dado que, durante muitos anos mais, os portugueses combateram Qhema Saunto, é de admitir que as ameaças do Secretário tenham caído em saco roto.

Fonte: Livro nº 6 dos Reis Vizinhos in *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa*, vol. Nº 41/43.

O MAR TEM BARBAS BRANCAS



Foto: Luke Burrage

Quase todos os dias a Comunicação Social noticia a morte de pessoas nas *praias de banhos* disseminadas pelo País.

Ponho-me a pensar que um pouco de cuidado e responsabilidade familiar podiam evitar tantas mortes!

O Mar tem barbas brancas, é mais velho do que a Terra e é, por isso, que a sustenta a todo o momento.

Vai a lugares que não conseguimos imaginar e onde vai uma vez volta sempre, mais tarde ou mais cedo!

“Deus ao Mar o abismo e o perigo deu. Mas nele é que espe-
lhou o Céu!”

O Mar tem virtudes que muita gente não imagina!

Até tem poderes medicinais!

Aquece-se ao Sol e sobe em forma de nuvens para a atmosfera, até encontrar baixas temperaturas, transforma-se em neve, granizo e chuva, cai sobre a Terra, alimenta as plantas e os animais, limpa o lixo das cidades, depois volta novamente para o seu meio.

O Mar não é traiçoeiro, obedece aos ciclos periódicos da natureza, sobe e desce nas costas e nas praias e marca sempre o lugar até onde chega.

Em casos normais e sem ondulação, quem utilizar a mesma praia para banhos, ou outras, no dia seguinte, a maré cheia aumenta 45 minutos em relação ao dia anterior e a área de praia que no dia anterior estava enxuta, agora já está com mar, *está alagada*. Há que estender a toalha mais acima!

Este conhecimento é muito importante. Quer dizer a maré aumenta 45 minutos todos os dias. No dia seguinte está mais alta.

Em qualquer Praia autorizada, e nas épocas próprias, há sempre o nadador-salvador. Um Agente da Autoridade Marítima, um

pescador ou mesmo um banhista, que os há com conhecimento de marés.

Uma chamada telefónica para a Autoridade Marítima da Zona onde se pretenda tomar banhos de mar e há sempre quem o informe, com segurança, sobre as praias da área.

O Mar não é chão, agita-se quando tocado pelo vento. A sua ondulação vai sempre de Barlavento para Sotavento. Passa a encrespado, de pequena vaga, a cavado, de alteroso a tempestuoso, formando cachões, mas pinta a crista da onda de branco para avisar o homem do leme.

O Mar não quer, junto à costa ou nas praias, pessoas indolentes, embriagadas ou inconscientes. Quer gente desperta, que o conheça e obedeça às regras na sua utilização.

Quem virar as costas ao Mar está perdido! Nunca se vira as costas ao Mar.

Heróis do Mar é uma cantiga! Heróis são aqueles que o respeitam e não aqueles que o afrontam. O Mar faz os seus próprios heróis: quando alguém generosamente, com risco da própria vida, consegue arrancar do seu seio o seu irmão.

Enfrentar o Mar é quase sempre fatal; quando não há vítimas, há sempre danos pessoais ou materiais a lamentar.

Quando *não tiver a certeza* de poder salvar alguém em perigo de vida no mar, não tente salvá-lo, porque acabam por morrer os dois.

Bons banhos, mas respeite o Mar.



Francisco Andrade de Medeiros
(Agente da PM reformado)

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.

SAÚDE PARA TODOS

AFOGAMENTO

57

O afogamento é a insuficiência respiratória causada pela aspiração de líquido, habitualmente na sequência de submersão em água. Se a pessoa é resgatada e o processo de afogamento é interrompido, denomina-se afogamento não fatal. Se ocorre a morte é denominado afogamento fatal. Cada afogamento sinaliza o fracasso da intervenção mais eficaz: a prevenção! Estima-se que mais de 85% dos casos de afogamento poderiam ser prevenidos pela supervisão, ensino de natação, regulamentação e educação pública.

O afogamento ocorre devido à entrada de líquido não corporal nos pulmões, impedindo este órgão de receber o ar necessário para as trocas gasosas. Vai haver então uma diminuição de oxigénio a circular no sangue, a que se chama hipóxia, o que pode causar lesão de múltiplos órgãos, como o cérebro, coração ou os próprios pulmões. Assim sendo, a falta de oxigénio provoca perda de consciência, paragem respiratória e, posteriormente, paragem cardíaca. Se os níveis de oxigénio não forem repostos nos minutos seguintes, os danos serão irreversíveis e o processo pode culminar na morte.

Na verdade, uma em cada quatro pessoas que sofre um afogamento morre. Infelizmente, a proporção de mortes por afogamento é ainda maior em crianças.

O afogamento é um problema global de saúde pública. A Organização Mundial de Saúde estima em 312 mil as mortes anuais por afogamento, metade das quais ocorrem em idades abaixo dos 25 anos. Em Portugal ainda morrem, anualmente, mais de 100 pessoas por afogamento. Até aos 24 anos, os afogamentos são a segunda causa de morte, logo a seguir aos acidentes rodoviários, e acontecem maioritariamente em rapazes (apenas 20% ocorrem no sexo feminino). As taxas mais elevadas de afogamento encontram-se em crianças entre 1 e 4 anos de idade. Dados da Associação para a Promoção da Segurança Infantil (APSI) revelaram que 80% dos afogamentos de crianças até aos 4 anos de idade, entre 2005 e 2012, ocorreram em piscinas, tanques e poços. Há também descrição de afogamentos em rios, ribeiras, lagoas, valas, marinas, praias fluviais e praias de mar. Outros locais onde se tem de ter cuidados redobrados, particularmente em recém-nascidos e crianças que adquiriram a marcha recentemente, são as banheiras e os recipientes com água (ex: alguidares e baldes). Às vezes basta um “pisar de olhos” para os acidentes acontecerem. Quanto à altura do ano, em todos os meses há registo de afogamentos, no entanto, junho, julho e agosto são os meses onde se verificam mais casos.

Em 2017 foi criado o Observatório do Afogamento, uma plataforma da Federação Portuguesa de Nadadores-Salvadores que permite, finalmente, a contabilização de vítimas mortais em meios aquáticos e a caracterização desses mesmos acidentes, de forma a que num futuro próximo se possam vir a fazer estudos com os dados colhidos e implementadas medidas preventivas baseadas nas conclusões científicas. Na sua página da internet existe relato de 14 mortes em 2018, só até início de março.

Portanto, depende de todos nós que este número não aumente ainda mais.

A cadeia de sobrevivência do afogamento começa com a prevenção, depende do reconhecimento atempado do afogado e do acionamento dos meios de socorro (alertar 112), do fornecimento de material flutuante para evitar a submersão (o salvamento deve ser feito, se possível, sem entrar na água, para segurança do socorrista), a remoção da pessoa da água e dos cuidados de saúde imediatos.



DR

A prevenção é fundamental e se fosse feita de forma cuidada por todos os cidadãos a taxa de afogamentos sofreria uma redução drástica. Fatores considerados de risco para o afogamento são: sexo masculino, idade inferior a 14 anos, uso de álcool ou sedativos, nível económico e educacional baixo, adoção de comportamentos de risco e falta de supervisão. Posto isto, a Direção-Geral de Saúde aconselha os adultos a vigiarem os mais pequenos, a instalar barreiras de acesso às piscinas e reservatórios de água, optar sempre por locais considerados seguros e com vigilância, ter sempre próximo os equipamentos de segurança (boias, varas de salvamento, entre outros) e haver capacidade de fazer uma chamada de emergência, se necessário. Devemos ensinar às crianças competências básicas de natação, segurança na água e salvamento (mesmo assim, as crianças devem ser sempre mantidas à distância de um braço). Evitar sempre os mergulhos, brincadeiras e outras potenciais situações perigosas. Não consumir bebidas alcoólicas excessivas nem ingerir refeições pesadas antes de entrar na água.

Se algum dia se vir em risco de afogamento tente lembrar-se que há um pior prognóstico se entrar em pânico (a maioria das pessoas morre devido ao desgaste muscular desnecessário na luta contra a corrente e por não tentar manter a boca acima do nível da água – o que é mais fácil se adquirirmos a posição de deitado de costas, e fugirmos ao local da rebentação das ondas). Gritar também não ajuda (exceto se estiver efetivamente alguém ao seu lado que o possa ouvir) pois ao gritar desesperadamente só vai permitir que ainda mais água entre nas vias aéreas. O ideal nesta situação é a vítima manter-se calma, acenar por socorro e flutuar.

Ana Cristina Pratas
1TEN MN

www.facebook.com/participanosaudeparatodos

QUARTO DE FOLGA

JOGUEMOS O BRIDGE

Problema nº 215

OESTE (W)	NORTE (N)	ESTE (E)
♠ ♥ ♦ ♣	♠ ♥ ♦ ♣	♠ ♥ ♦ ♣
9 V V A	A 8 A 9	10 A D D
5 7 7 10	V 6 6 7	8 9 10 5
5 2 8	4 4 5 2	7 7 4
6	2	3 3
4		2
SUL (S)		
♠ ♥ ♦ ♣		
R R R R		
D D 9 V		
6 10 8 3		
3		

GRAU DE DIFICULDADE - MÉDIO+ POR SER A 4 MÃOS

E-W vuln. S abriu em 1ST, N com os seus 9 pontos e 4-3-3-3 marcou 2ST e S estando máximo na sua abertura fechou em 3ST, recebendo a saída a ♣6. Em que linha gostaria de estar sentado para marcar pontos na sua coluna?

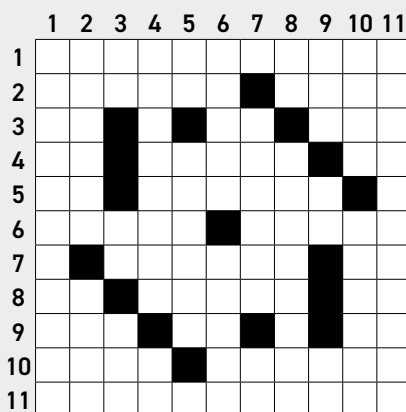
SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 215

A escolha certa é E-W, pois o contrato não se pode cumprir conforme vamos constatar a seguir. Numa primeira análise das 4 mãos, as 9 vezes parece estar asseguradas (♣3+♠3+♥4+♦4) desenvolvendo-se como segue: E joga a D a que S deixa fazer, ataca naturalmente no mesmo naipe; W pega de A e joga um 8 em 3 que S faz; com o 5 bem colocado e mãos suficientes no morto, S conseguirá fazer as 3 vezes em 3 necessárias para cumprir o contrato. Todavia, se E baldear o 7 na 3ª vez de reparar que esta jogada inviabilizará essa possibilidade, pois com o V em W o contrato será derrotado, permitindo que a defesa faça 1♠+♥4+♦4.

Nunes Marques
CALMAN

PALAVRAS CRUZADAS

Problema nº 198



HORIZONTAIS: 1 – Interseção de duas ou mais vias públicas (Pl.). 2 – Buraco da colmeia, por onde entram as abelhas; Demore, subsista. 3 – Revista da Armada (Sigla); Todo-o-terreno (Sigla); Aluguer de Longa Duração (Sigla). 4 – Não classificado (Sigla); Deslocar-se pelo ar (Reg.); Gemido. 5 – Interjeição designativa de admiração ou ironia; Requeimes, tostes. 6 – Cubra, revista; Inflamação do ouvido. 7 – Desbastar, Ralar; Unidade Naval (Sigla). 8 – Símbolo químico do cobalto; Espécie de mosca (Zoo.); Símbolo químico do ástato. 9 – Árvore da família das leguminosas, natural das Guianas e do Brasil, de madeira avermelhada e dura (*Dialium guianense*); Símbolo químico do rádion; Símbolo químico do rádio. 10 – Designação de um grupo de divindades da mitologia hindu e budista, que normalmente têm a forma de uma enorme cobra-real; Manchester (...), equipa inglesa de futebol treinada por um português na época 2017-2018. 11 – Especialista no estudo do ser humano e da sua evolução.

VERTICAIS: 1 – Mortandade, chacina. 2 – Pequeno rio, ribeiro; Organização do Tratado do Atlântico Norte (Acr.). 3 – Ultravioleta (Sigla); Rádio Católica de Portugal (Sigla); Central Sindical de Portugal, fundada em outubro de 1978 (Sigla). 4 – Grito de saudação/homenagem dos alunos ou antigos alunos do Colégio Militar; Atmosfera. 5 – Prefixo designativo de movimento, tendência, direção; Cortar obliquamente, entortar. 6 – Veículos motorizados de duas rodas (Pop.); Mulher sexualmente atraente, geralmente nua ou seminua, representada em cartazes ou calendários (Ing.). 7 – Trabalhar em obra de tanoaria; laço apertado. 8 – Símbolo químico do neodímio; Que tem a faculdade de se recolher ou retirar. 9 – Rio Português, afluente da margem direita do Douro; Sétima nota musical; Contração dos pronomes *te* e *o*. 10 – Contorno, margem; Povo nómada do Norte de África, especialmente do Sara. 11 – Consolidado por deposição lenta, estável.

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 198

HORIZONTAIS: 1 – CRUZAMENTOS, 2 – AIVADO, 3 – RA, 4 – NC, 5 – AVOAR, 6 – FORRE, 7 – RASPAR, 8 – CO, 9 – ZAIRA, 10 – ITU, 11 – AN. VERTICAIS: 1 – CARNIFICINA, 2 – RIACHO, 3 – UV, 4 – ZACATRAZ, 5 – AD, 6 – VIESAR, 7 – E, 8 – ND, 9 – RETRÁTIL, 10 – OURL, 11 – SEDIMENTADO. TANOAR, NO, 8 – ND, 9 – TU, 10 – OURL, 11 – TUAREG, 12 – SEDIMENTADO.

CARMO PINTO
1 TEN

SUDOKU

Problema nº 47

FÁCIL

	5	4	6	2				
							9	
7								5
				7	2			
		7		1	3			9
							4	
	4	3				7		
			1	3				
		2	7		4		6	8

DIFÍCIL

3	8			2				
			6					
1			4	9				2
		8	5	9				
	4		7			2		
				2	6	9		
					7			5
			9		8			
5							6	7

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 47

FÁCIL

8	7	3	9	7	4	2	6	1	5	8
7	2	6	5	3	1	7	9	8	4	7
4	5	8	9	7	2	3	6	1	5	8
5	1	7	4	8	3	6	2	9	8	7
6	9	4	7	1	8	5	3	6	2	8
7	4	8	6	9	7	2	1	3	5	8
9	3	5	8	6	7	4	8	2	1	9
2	6	7	8	5	9	3	4	1	6	7
3	8	1	2	4	6	9	7	5	3	8

DIFÍCIL

8	7	3	9	7	4	2	6	1	5	8
7	2	6	5	3	1	7	9	8	4	7
4	5	8	9	7	2	3	6	1	5	8
5	1	7	4	8	3	6	2	9	8	7
6	9	4	7	1	8	5	3	6	2	8
7	4	8	6	9	7	2	1	3	5	8
9	3	5	8	6	7	4	8	2	1	9
2	6	7	8	5	9	3	4	1	6	7
3	8	1	2	4	6	9	7	5	3	8

NOTÍCIAS PESSOAIS

NOMEAÇÕES

• CALM António Manuel de Carvalho Coelho Cândido, Superintendente do Material • CMG M Rui Manuel Figueiredo Pereira da Silva, Subdiretor da Comissão Cultural de Marinha • CMG José Paulo Prazeres Coutinho de Lucena, Chefe do Departamento de Segurança e Ambiente da Inspeção-Geral da Marinha • CFR M Rui Alexandre Soares Ribeiro Leite da Cunha, Chefe da Repartição de Situações e Efetivos da Direção de Pessoal • CFR M Paulo Nuno Farinha Alves, Comandante da Esquadilha de Subsuperfície • CFR AN Mário Manuel Veloso da Veiga, Diretor Financeiro do Instituto Hidrográfico.

RESERVA

• CALM MN Nelson Octávio Castela Lourenço dos Santos • CMG EMQ Fernando Luís dos Santos Teixeira de Melo • CMG M António Luís dos Santos Madeira • SMOR A Francisco Joaquim da Silva Pinheiro • SCH R Diamantino Augusto Malta Afonso • SAJ A Armando Sérgio Lagarto Abelho • SAJ FZ Nuno Marcelo Ribeiro Simões • 1SAR C Eugénio Humberto Rodrigues Pontes • CMOR TFH António Correia • CMOR TFD Manuel Raposo Venâncio • CMOR A Carlos Alberto da Silva.

REFORMA

• CALM EMQ RES Ilídio Cardoso Pais Loureiro • CALM M Rui Manuel Costa Casqueiro de Sampaio • CALM MN Armando Filipe da Silva Roque • CFR OT José Mendes Gomes • SMOR L Carlos Manuel da Silva Évora • SMOR CE Mário de Oliveira Branco da Costa • SMOR H José Manuel Oliveira da Costa • SAJ E Alberto Mateus da Costa • CAB V Luís Manuel Gomes de Freiras.

FALECIDOS

• 7643 CALM M REF António José de Matos Nunes da Silva • 14651 CMG M REF Carlos Alberto da Costa Monteiro • 113549 CFR SG REF João Amaral Justino • 1052 CTEN EMQ REF Francisco Silva Martins Gomes • 118846 1TEN SG REF José Gomes dos Santos • 298749 1TEN OT REF Serafim Ribeiro • 396855 SMOR FZ REF Laurentino António Marques • 421656 SMOR TRI REF José Guerreiro Pires • 86069 SMOR FZ REF João Maria Lopes Leal • 267449 SCH CE REF José Francisco Pato • 458857 SAJ CM REF Sebastião Marques Abreu • 207648 1SAR C REF Abílio Rosado Pacheco • 286850 1SAR CM REF José Ribeiro da Silva Pereira • 313353 1SAR FZ REF José Ferreira de Pinho • 334653 1SAR SE REF José Guilherme Marques Costa • 1015663 CAB FZ REF Manuel de Almeida Ricardo • 137568 CAB FZ REF Cesário Abel Ferreira.

CONVÍVIOS

1ª GUARNIÇÃO DO NRP ANTÓNIO ENES 27º ENCONTRO

Em 19 de maio, em Évora, o Roque reuniu o pessoal do navio, famílias e amigos.

Revivemos tempestades, mares de Angola, mornas de Cabo Verde e um ou outro "incidente de juventude".

O poeta Silvais disse: ... *Ser marinheiro é virtude/É ser forte em atitude/Em orgulho e altivez/Andar sempre bem fardado/E ser militar apumado/O marinheiro português...*

E lá estava o Infante, orgulhoso na velhinha e cuidada farda branca.

Orgulho, disse o Imediato, sentido com a atribuição do nome do então Comandante Moreira Rato ao Centro de Comunicações, de Dados e de Cifra da Marinha. Ali também estavam todos os que permanecem vivos na nossa memória.

Modas e fados do Nelson animaram o evento.

Há 45 anos, ao descer a escada do portaló, com 3500 horas de navegação, para muitos era o fim da vida militar, mas não de tudo o que só a vida na Marinha nos dá.



ASSOCIAÇÃO DE MARINHEIROS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Foi em terras da Beira, no dia 3 de junho, que se realizou o encontro anual da Associação de Marinheiros de Trás-os-Montes e Alto Douro, com sede em Vila Real.

Mais de 80 marinheiros saíram em direção a Régua e Lamego, para recolherem outros camaradas, seguindo depois para as Terras do Demo, visitando Vila Nova de Paiva e a sua igreja românica, o santuário de Nossa Senhora da Lapa, terminando a manhã em Freixinho, no Convento Hotel Rural de Nossa Senhora do Carmo, onde se realizou o encontro.

Teve lugar a assembleia geral, seguindo-se o almoço, após o que o grupo rumou a Sernancelhe e Penedono, onde o grupo fez a fotografia da praxe.





SÍMBOLOS HERÁLDICOS

BRASÃO DO COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DE PORTO SANTO



José Cabrita

DESCRIÇÃO HERÁLDICA

Escudo de verde com um dragoeiro de prata, com duas estrelas de seis pontas do mesmo nos cantões do chefe, carregadas com âncora de verde. Coronel naval de ouro forrado de vermelho. Sotoposto listel ondulado de prata com a legenda em letras negras maiúsculas, tipo elzevir, «COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DE PORTO SANTO».

SIMBOLOGIA

O dragoeiro é o elemento distintivo do brasão municipal, que devido à aridez do clima da ilha é tido como símbolo de resiliência e tenacidade. A estrela de seis pontas é um elemento associado às forças policiais, considerado um guia para a ação e repositório de nobreza. A âncora alude à maritimidade e é sinónimo de constância, segurança e firmeza.



SÍMBOLOS HERÁLDICOS

BRASÃO DO COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DE PORTIMÃO



José Cabrita

DESCRIÇÃO HERÁLDICA

Escudo de vermelho com uma torre de prata, aberta e iluminada de azul, sobre rochedos de negro, realçados de prata, assente em ponta de quatro faixetas ondados de prata e azul, entre duas estrelas de seis pontas de prata, carregadas com âncora de azul. Coronal naval de ouro forrado de vermelho. Sotoposto listel ondulado de prata com a legenda em letras negras maiúsculas, tipo elzevir, «COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DE PORTIMÃO».

SIMBOLOGIA

A torre de prata e o fundo vermelho são elementos do brasão municipal, assim como o rochedo. O ondado de azul e prata alude ao rio Arade, local onde foram encontradas as âncoras romanas. A estrela de seis pontas é um elemento associado às forças policiais, considerado um guia para a ação e repositório de nobreza. A âncora alude à maritimidade e é sinónimo de constância, segurança e firmeza.